



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS**

**SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO:  
UM ESTUDO DE CASO DOS BIBLIOTECÁRIOS NA BIBLIOTECA  
CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

São Cristóvão (SE)  
2018.1

**PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS**

**SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO:**  
**UM ESTUDO DE CASO DOS BIBLIOTECÁRIOS DA BIBLIOTECA CENTRAL NA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento às normas do Estágio Curricular regulamentadas pela Resolução nº 69/2012/CONEPE, para obtenção da Graduação em Administração de Empresas.

Área: Gestão de Pessoas na Administração Pública

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Mônica Cristina  
Rovaris Machado

**PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS**

**SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO:  
UM ESTUDO DE CASO DOS BIBLIOTECÁRIOS NA BIBLIOTECA CENTRAL  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 21/09/2018 ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento às normas conforme Resolução nº 69/2012/CONEPE, para a obtenção da Graduação em Administração.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Cristina Rovaris Machado  
Orientadora

---

Prof. Me. Felipe Guilherme Melo  
Examinador

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Maria Tereza Gomes Lins  
Examinadora

*“A fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem.”*

(Hebreus 11,1)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a meu Deus pelo fôlego de vida, por me conceder paciência e força para vencer os obstáculos.

Aos meus pais Ademilson e Mirian pelo apoio, carinho, compreensão e acreditar na minha vitória. Aos meus irmãos Alisson, e Alessandro, por aturar em meus momentos de crise e estresse e proporcionarem bons momentos de diversão. E um agradecimento especial à minha mãe Mirian e minha irmã Mileyse, sem elas eu não conseguiria, as duas sempre ao meu lado em todas as situações boas ou ruins. Amo vocês!

Aos amigos da UFS que se tornaram amigos para toda a vida: Thaisline, Tawane, Carol Dias, Ana Claudia, Jéssica, Carol Matos, Naiane, Armoni e Roza. Cultivo vocês no meu coração.

Aos amigos do IFS: Alison, Elinanda, Jéssica, Dani, Stefani, Maisa, Aline, pelo apoio e carinho também amo vocês.

Aos amigos do DAD: Bella Costa, ao companheiro Rivaldo, Rodrigo, Tânia, as professoras Conceição e Maria Elena obrigada pelo carinho.

Um agradecimento especial ao professor Marcos Zambanini que nunca reclamou das minhas faltas ao trabalho, compreendeu as minhas ausências e dessa forma contribuiu em muito para essa realização. A minha orientadora, a professora Mônica Rovaris que surgiu como uma luz no fim do túnel e deu amparo quando estava saturada e não mais sabia o que fazer. Ao professor Napoleão Queiroz pela idealização do trabalho e a professora Maria Tereza por muitas vezes conceder ajuda e orientar por qual caminho seguir.

Agradeço também aos colaboradores da Biblioteca Central da UFS pela ajuda e confiança em fornecer as informações, sem vocês esse trabalho não seria possível.

A todos meu muito obrigada!

## RESUMO

A Saúde e Segurança no Trabalho é um pré-requisito para que as organizações que contratam trabalhadores possam trabalhar dentro de normas e padrões aceitáveis e que garanta que o trabalhador permaneça no desempenho de suas funções. Estas normas estão contidas na Consolidação das Leis Trabalhistas e é regulamentada pelo Ministério do Trabalho. No serviço público as regras são específicas e por falta de regulamentação e obrigatoriedade da norma, algumas iniciativas funcionam de forma facultativa. O objetivo do presente trabalho foi analisar a situação dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe no que se refere a saúde e segurança no trabalho. A metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com coleta de dados feita com 12 bibliotecários por meio de questionários, entrevista com 1 (uma) doutora em biblioteconomia e 1 (uma) bibliotecária, além de análise documental. Verificou-se que os mesmos mantêm contato com os riscos físicos, biológicos, químicos e ergonômicos, e devido a ocupação foi constatado que os bibliotecários apresentaram doenças como: rinite alérgica, lombalgia, dores musculares, dores nas pernas e braços. Pode-se verificar ainda que estes problemas de saúde acontecem devido a indisponibilidade de Equipamentos de Proteção Individual e questões ergonômicas, como a falta de mobília adequada para a realização das atividades. O estudo constatou ainda que a Universidade Federal de Sergipe tem uma área de promoção a Segurança e Saúde no Trabalho, porém seu funcionamento ocorre com muitos gargalos, além da falta conscientização de que todos as partes envolvidas precisam trabalhar em conjunto para uma gestão de qualidade. Como limitações inicialmente a apreensão dos bibliotecários quanto ao objetivo do estudo, as constantes paralizações devido aos jogos da seleção da brasileira na copa do mundo, paralizações dos servidores, reunião entre os bibliotecários, paralização dos caminhoneiros e a não autorização para tirar fotos dos setores de trabalho.

**Palavras-Chave:** Biblioteca. Gestão Pública. Saúde Ocupacional.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Pirâmide das Necessidades de Maslow.....	17
Figura 2- Teoria ERC e hierarquia das necessidades.....	18
Figura 3 - Organograma da DISET.....	41
Figura 4 - Bibliotecas da UFS.....	42
Gráfico 1 - Sexo dos participantes da pesquisa.....	49
Gráfico 2 - Faixa Etária.....	50
Gráfico 3 - Doenças Ocupacionais.....	50
Foto 1 - Saída de Emergência BICEN UFS.....	54

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Componentes da Qualidade de Vida no Trabalho.....	16
Quadro 2 - Programa de Higiene do Trabalho.....	21
Quadro 3 - Evolução da SST no Brasil.....	24
Quadro 4 -Comparativo Norma Operacional de Saúde do Servidor x Normas Regulamentadoras do MTE.....	28
Quadro 5 - Sugestões de regulamentação da SST no setor público.....	36
Quadro 6 - Síntese do Estado da Arte.....	37
Quadro 7 - Categoria de Análise e Fontes de Evidência .....	45
Quadro 8 - Sujeitos de Pesquisa.....	47



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BICEN** – Biblioteca Central

**CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

**CLT**– Consolidação de Leis Trabalhistas

**DISET** – Divisão de Segurança do Trabalho

**EPC** – Equipamento de Proteção Coletiva

**EPI** – Equipamento de Proteção Individual

**MPDG** – Ministério do Planejamento e Desenvolvimento e Gestão

**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego

**NOSS** – Norma Operacional de Saúde do Servidor

**NR** - Normas Regulamentadoras

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**PASS** - Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal

**PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

**PNSST** – Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho

**PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

**SESMT** – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

**SIASS** - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal

**SGSST** - Sistemas de Gestão em Segurança e Saúde do Trabalho

**SST** – Segurança e Saúde do Trabalho

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>Justificativa.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2</b>	<b>Situação problemática e problema de pesquisa.....</b>	<b>14</b>
<b>1.3</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>15</b>
1.3.1	Objetivo geral.....	15
1.3.2	Objetivos específicos.....	15
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Qualidade de vida no trabalho.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Segurança e saúde no trabalho.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>A Segurança do trabalho no Brasil.....</b>	<b>23</b>
<b>2.4</b>	<b>Segurança do trabalho na gestão pública.....</b>	<b>25</b>
<b>2.5</b>	<b>Norma operacional de saúde do servidor.....</b>	<b>28</b>
<b>2.6</b>	<b>Estado da srte.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>UNIDADE DE ESTUDO.....</b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>Universidade Federal de Sergipe.....</b>	<b>39</b>
<b>3.2</b>	<b>Divisão de segurança do trabalho.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3</b>	<b>Bibliotecas da UFS.....</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>43</b>
<b>4.1</b>	<b>Caracterização de estudo.....</b>	<b>43</b>
<b>4.2</b>	<b>Questões de pesquisa.....</b>	<b>43</b>
<b>4.3</b>	<b>Métodos e estratégias de pesquisa.....</b>	<b>44</b>
<b>4.4</b>	<b>Fontes de evidência.....</b>	<b>45</b>
<b>4.5</b>	<b>Critérios para escolha do caso.....</b>	<b>45</b>
<b>4.6</b>	<b>Unidades de análise.....</b>	<b>45</b>
<b>4.7</b>	<b>Definições construtivas operacionais das categorias analíticas e elementos exploratórios.....</b>	<b>46</b>
4.7.1	Características sócio funcionais.....	46
4.7.2	Sujeitos de pesquisa.....	47
<b>4.8</b>	<b>Coleta de dados.....</b>	<b>48</b>
<b>4.9</b>	<b>Tratamento de dados.....</b>	<b>48</b>
<b>4.10</b>	<b>Limitações de estudo.....</b>	<b>48</b>

<b>5</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>49</b>
<b>5.1</b>	<b>Características sócio funcionais.....</b>	<b>49</b>
<b>5.2</b>	<b>Doenças relacionadas ao trabalho.....</b>	<b>50</b>
<b>5.3</b>	<b>Análise ambiental e EPIs disponibilizados.....</b>	<b>52</b>
<b>5.4</b>	<b>Planos de prevenção.....</b>	<b>53</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>6.1</b>	<b>Respondendo as questões de pesquisa.....</b>	<b>56</b>
6.1.1	Quais as características sócios-funcionais dos bibliotecários que trabalham na BICEN/UFS?.....	56
6.1.2	Quais prováveis doenças provenientes das atividades exercidas pelos bibliotecários nas situações de trabalho?.....	56
6.1.3	Quais os planos de prevenção adotados pela instituição e os EPIs utilizados?.....	56
6.1.4	Quais as condições socioambientais dos postos de trabalho?.....	57
<b>6.2</b>	<b>Respondendo ao problema.....</b>	<b>58</b>
<b>6.3</b>	<b>Sugestões para UFS.....</b>	<b>58</b>
<b>6.4</b>	<b>Sugestões para trabalhos futuros.....</b>	<b>59</b>
<b>6.5</b>	<b>Considerações finais.....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
	<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>66</b>
	<b>ANEXO A.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho é entendido como todo esforço que o homem executa no exercício das suas capacidades física e mental para atingir objetivos. É por meio dele que as pessoas têm a oportunidade de crescer, desenvolver e utilizar habilidades e talentos. É também através dos ganhos do trabalho que elas podem determinar seu modo de vida e condição social (SOUTO, 2011).

Desde o advento da Revolução Industrial no século XVIII, o mundo não parou de enfrentar mudanças drásticas. Com a passagem da manufatura para o uso das máquinas, a produção familiar foi abalada e dizimada pelas fábricas, e não acabou mais a busca por maiores lucros, menores custos e alta produção (CAMPOS, MIRANDA, 2005). Considerando que a maioria da população passa maior parte do dia trabalhando, a preocupação com a saúde do trabalhador é fator importante para a produtividade. Com isso, vale destacar que garantir um ambiente salubre e seguro longe dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes é dever do empregador seja ele público ou privado como sugere o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2017).

Ao longo dos anos a preocupação com a questão da segurança e saúde do trabalhador foi se intensificando, não só no Brasil como no mundo. O reconhecimento das doenças ocupacionais, a adaptação do ambiente do trabalho para um bom desempenho produtivo e o reconhecimento da necessidade de assistência ao trabalhador são assuntos já regulamentados, mas que por falta de fiscalização, é comum alguns descasos.

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2016), artigo nº 196, diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2018).

O trabalho desenvolvido na administração pública, por muitos, é visto como algo que não oferece risco algum ao trabalhador por se resumir em atividades administrativas, porém onde há trabalho sempre haverá riscos. Independente da função, o corpo humano tem suas peculiaridades e limitações, portanto a falta de adaptação e a sobrecarga são fatores que, se não de imediato, trarão futuros prejuízos.

Este trabalho é um estudo de caso sobre a segurança e saúde no trabalho dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, uma instituição pública federal de ensino superior, localizada na cidade de São Cristóvão, estado de Sergipe.

## 1.1 Justificativa

Com o avanço das descobertas científicas e tecnológicas surge um ambiente cada vez mais diversificado e dinâmico. Profissionais de diversas áreas têm a necessidade de se adequarem constantemente ao seu leiaute de trabalho. O meio ambiente em que o mesmo se encontra inserido influi muito na qualidade da produção e/ou serviço. Por este motivo o presente estudo é importante para verificar as condições a que são submetidos os bibliotecários diariamente, relevante para produzir novos conhecimentos e ainda contribuir para a área de segurança do trabalho da UFS com a finalidade de promover ações de prevenção da saúde dos bibliotecários.

A capacidade laboral do trabalhador tem ligação direta com as condições físicas e ambientais. Situações como: atividades repetitivas, ruídos, horas excessivas de trabalho, estresse, postura inadequada, manipulação de produtos contaminante sem a devida proteção, equipamentos inadequados, ambientes insalubres e perigosos são exemplos de fatores que afetam física e psicologicamente a saúde do trabalhador. Além das práticas de motivação através da promoção e remuneração, constatou-se que a baixa da capacidade laborativa muitas vezes estava relacionada com doenças inerentes ao trabalho. Barbosa Filho (2011) ainda afirma que uma má gestão referente aos cuidados em saúde e segurança do trabalho pode não apenas trazer consequências negativas ao trabalhador como a toda sociedade, ou seja, aos usuários dos produtos ou serviços.

Segundo a Norma Regulamentadora - NR 9 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Os agentes físicos são as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom. Os agentes químicos são substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão. E os agentes biológicos são bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros (BRASIL, 2017).

## **1.2 Situação problemática e problema de pesquisa**

O objeto de estudo neste trabalho são os bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe. Optou-se por esses profissionais devido à grande exposição dos mesmos aos riscos químicos, biológicos, físicos e ergonômicos. Sendo a biblioteca considerada um ambiente insalubre devido à proliferação de poeiras, fungos e mofo. Os trabalhadores da biblioteca estão sujeitos aos riscos químicos devido ao acúmulo de poeiras, biológicos devido à proliferação de fungos e mofos que se alojam com facilidade em materiais de papel, couro, tecido e madeira e ergonômicos devido a atividades repetitivas, má postura (que pode ter como justificativa o mobiliário inadequado) e atividades repetitivas.

A questão saúde e segurança do trabalho no serviço público é um tema bastante discutido, porém pouco aplicado. A portaria normativa nº 3 de 7 de maio de 2010 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), institui a Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS) nos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. Constatou-se que ainda não há uma legislação específica para os servidores estatutários, sendo que as normas regulamentadoras do MTE estão voltadas para os trabalhadores celetistas sujeita à frequente fiscalização e consequentes penalizações em caso de descumprimento.

Almeida (2016) argumenta sobre a falta de regulamentação no setor público aponta que iniciativas obrigatórias no setor privado que não existem no serviço público deixa os servidores desamparados ante os notórios agravos que decorrem da ausência de uma regulamentação no tema Saúde e Segurança no Trabalho (SST). E ainda contribuem para a melhoria das condições de trabalho através da busca pela neutralização e eliminação de riscos presentes nos ambientes laborais, permitindo a ação preventiva de acidentes e adoecimento em razão do trabalho. Isso faz com que a omissão legislativa e regulamentar sobre o tema de SST no serviço público acarrete em graves consequências para os trabalhadores desse setor.

Mesmo sendo adotadas algumas práticas como a emissão de laudo ambiental, a disponibilização de extintores, percebe-se que ainda há problemas, como por exemplo, a inexistência do envolvimento dos funcionários e servidores no sistema de gestão, a falta de treinamento, a inexistência de programas que amenizem ou evitem consequências ocupacionais, a falta de comprometimento e fiscalização.

Para Paletta, Yamashita e Penilha (2005), muitos profissionais se expõem diariamente aos riscos sem nenhum tipo de proteção, não utilizam máscaras, luvas, aventais e muito menos

óculos de proteção. Sendo vítimas de doenças como rinite, sinusite, faringite, ulceração ou necrose e perfuração do septo nasal, alterações do olfato, problemas pulmonares, são as denominadas doenças ocupacionais.

Diante dessa situação, observa-se que saúde e segurança é um assunto delicado e de muita importância, levando em consideração que qualquer deslize pode ocasionar em acidentes ou doenças irreversíveis e até a morte.

Diante da situação, o problema de pesquisa do presente trabalho é: **Como se encontra a situação dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe no que se refere a saúde e segurança no trabalho?**

### 1.3 Objetivos

os objetivos é determinam para que a pesquisa é feita. Os objetivos gerais dão uma definição ampla do que se pretende alcançar. Já os objetivos específicos é o detalhamento dos objetivos gerais, é a aplicação dos objetivos gerais a situações concretas (BRENNER; JESUS, 2008).

#### 1.3.1 Objetivo geral

Analisar a situação dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe no que se refere a saúde e segurança no trabalho.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

- Caracterizar os servidores que trabalham na Biblioteca Central da UFS (BICEN);
- Identificar prováveis doenças provenientes das atividades exercidas pelos servidores nas situações de trabalho;
- Conhecer planos de prevenção adotados pela instituição e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados;
- Analisar as condições socioambientais dos postos de trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica foi constituída inicialmente pela temática qualidade de vida no trabalho, saúde e segurança no trabalho de uma forma geral enfatizando os principais conceitos, sua evolução no Brasil e no mundo, em seguida foi feita uma análise da normatização na gestão pública.

### 2.1 Qualidade de vida no trabalho

A saúde física e mental e a integridade moral das pessoas são fatores importantes que podem afetar o clima organizacional e a produtividade. A higiene e segurança no trabalho e a qualidade de vida são aspectos fundamentais básicos para que a organização se torne o melhor lugar para trabalhar, pois sem esses aspectos não há como manter pessoas, certamente elas migrarão para outro lugar ou permanecerão insatisfeitas e pouco produtivas. A segurança e saúde no trabalho e a qualidade de vida no trabalho são dois temas que andam de mãos dadas, uma do ponto de vista física e ambiental e outra do psicológico e social. A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) refere-se à preocupação com o bem-estar e a saúde dos colaboradores no desempenho e suas atividades (CHIAVENATO, 2014). Quadro 1 relaciona alguns componentes que são indicadores de QVT.

**Quadro 1 - Componentes da Qualidade de Vida no Trabalho**

Satisfação com o trabalho executado
Possibilidade de futuro na organização
Reconhecimento pelos resultados alcançados
Salário percebido
Benefícios auferidos
Relacionamento humano na equipe e na organização
Ambiente psicológico e físico de trabalho
Liberdade de atuar e a responsabilidade de tomar decisões
Possibilidades de estar engajado e de participar ativamente

Fonte: Adaptado de Chiavenato (2014)

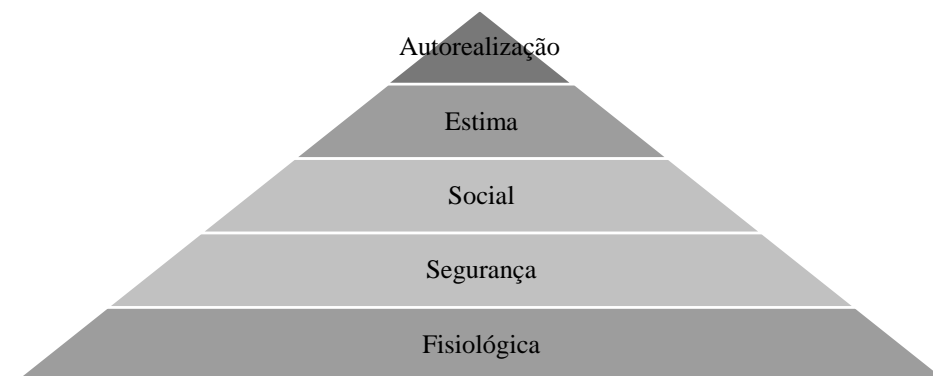
Segundo Ferreira (2013, p. 113), a QVT é o conjunto de ações que a empresa realiza para implantar melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais no ambiente de trabalho. O indivíduo insatisfeito pode adquirir entre outras coisas o estresse considerado o mal do século que afeta diretamente a saúde do trabalhador e a qualidade de vida, mal este ocasionado devido a fatores como desenho das tarefas inadequado, estilo de gerenciamento esquizofrênico ou opressor, relações interpessoais ruins, papéis no trabalho mal definidos ou



superpostos, falta de estabilidade e condições do ambiente físico inadequado ou perigosas. A autora ainda afirma que muitos são os programas de QVT implantados pelas empresas, sendo comum encontrar programas que envolvam: ginástica laboral, ambulância médico, Semanas Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), alimentação e saúde dos empregados e familiares, ioga, *shiatsu*, ergonomia, preparação para a aposentadoria, etc.

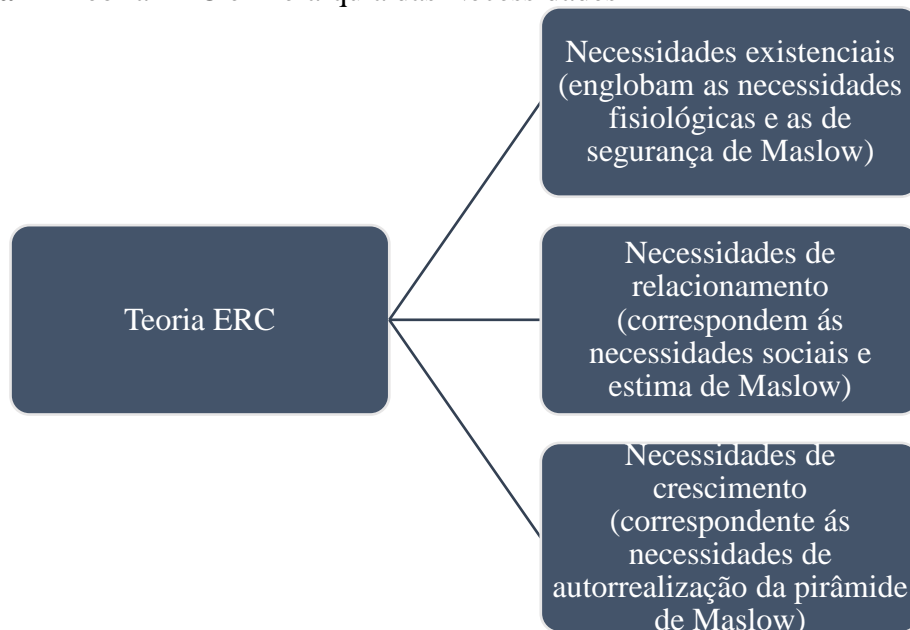
Marras (2013) cita autores que falam sobre os fatores motivadores, dentre eles vale destacar os psicólogos Maslow, Herzberg e Alderfer. Maslow, em sua teoria das necessidades, afirma que o indivíduo somente busca a satisfação de uma necessidade de nível superior quando a imediatamente inferior já estiver satisfeita de modo pleno. A Figura 1 mostra a Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow, o interessante é que a necessidade de segurança que engloba estabilidade, proteção do corpo, proteção da saúde ocupa o segundo bloco de importância, vale destacar que enquanto as necessidades básicas não forem supridas o indivíduo não sente motivação em conquistar os demais itens. A tendência é o absenteísmo, perda da qualidade do serviço ou a baixa da produção e a migração para outra organização.

**Figura 1** - Pirâmide das Necessidades de Maslow



Fonte: Adaptado de Marras (2013)

Já Alderfer, com a teoria Existência, Relacionamento, Crescimento (ERC) concorda com Maslow, pois ele considerava que a motivação do trabalhador poderia ser mensurada de acordo com a teoria das necessidades. Para ele as necessidades são divididas em três categorias, a saber as existenciais, de relacionamento e de crescimento (FERREIRA, 2013). A Figura 2 compara a teoria ERC com a de Maslow.

**Figura 2** - Teoria ERC e Hierarquia das Necessidades

Fonte: Ferreira (2013 p. 21)

Mesmo corroborando com a Teoria das Motivações de Maslow, Alderfer discorda em um ponto. Enquanto Maslow acreditava que uma necessidade uma vez satisfeita perde seu poder de motivar, para Alderfer quando as necessidades superiores são frustradas as inferiores tornam a motivar (FERREIRA, 2013). Por sua vez, Herzberg desenvolveu Teoria dos Dois Fatores, que afirma a existência de dois tipos de fatores motivacionais:

- Os que causam predominantemente a satisfação;
- Os que causam predominantemente insatisfação.

A falta dos primeiros não necessariamente causa insatisfação, são eles: realização, reconhecimento pela realização, o trabalho em si, responsabilidade, desenvolvimento pessoal, possibilidade de reconhecimento. No segundo grupo, os chamados fatores higiênicos, a sua falta causa insatisfação, são eles: supervisão, políticas empresariais, condições ambientais, relações interpessoais, *status*, remuneração, importante destacar que as condições ambientais englobam ambientes físicos e psicológicos que envolvem as pessoas e os grupos e trabalho (MARRAS, 2013).

## 2.2 Segurança e saúde no trabalho

O trabalho é considerado em algumas sociedades como fonte de satisfação e de orgulho para o ser humano. Pode-se inferir que as doenças ocupacionais e os acidentes do trabalho

prejudicam todos os atores sociais envolvidos no processo: trabalhador, empregador e governo. O trabalhador é a principal vítima do acidente do trabalho ou da doença profissional. Dependendo do tipo e da intensidade do acidente, o trabalhador, além dos danos físicos, pode perder a profissão, sua autoestima e até sua vontade de viver. A questão social também deve ser percebida, com a desestruturação familiar estabelecida a partir da morte ou de acidente que deixe sequelas irreversíveis no trabalhador (CHAGAS; SALIM; SERVO, 2011).

A aplicação das normas de saúde e segurança do trabalho tem suma importância tanto para o trabalhador quanto para a organização. Pereira (2015) explica que dessa forma o trabalhador mantém sua integridade física e mental e a organização diminui seus custos, com indenizações devido a acidentes e irregularidades; na qualidade do produto, com retrabalhos; e no seu compromisso com o empregado sendo ele um ativo patrimonial que a empresa deve sempre valorizar.

As complexidades existentes na economia globalizada e no processo produtivo dela advindo a par de acarretarem o incremento tecnológico, o aumento dos níveis de bens econômicos gerados, a complexidade empresarial e a qualificação profissional em geral, trazem consigo várias preocupações, dentre as quais a relativa à proteção do trabalhador no meio ambiente em que executa seu trabalho. (PEREIRA, 2015, p 18).

Como as pessoas passam o maior tempo do dia no trabalho, Chiavenato (2014) afirma que o ambiente de trabalho se caracteriza por condições físicas, materiais, psicológicas e sociais. Esses fatores, de certa maneira afetam o bem-estar físico, a saúde e a integridade física das pessoas. Ele reconhece a importância das normas e dos procedimentos que visam à proteção da integridade física e psicológica do trabalhador com a finalidade de combater a frequência de adoecimentos, o absenteísmo, a rotatividade de pessoal. Trabalhar em um ambiente que proporciona segurança e bem-estar, traz benefícios para o trabalhador e para os destinatários do serviço, por meio da maior agilidade nos processos e serviços de qualidade (CHIAVENATO, 2014).

Os acidentes ou incidentes de trabalho são consequências de uma má gestão ou inexistência da Saúde e Segurança do Trabalhador, com ou sem afastamento do homem de seu trabalho, são perdas acumuladas para o indivíduo e para a sua família, para a empresa e para toda a sociedade (BARBOSA FILHO, 2011).

A sociedade pode sofrer com os maus tratos feitos ao homem e ao meio ambiente sofrendo perdas na saúde e acarretando redução da capacidade laboral, que afeta o rendimento e a remuneração. Com consequência tem-se a redução na renda familiar (com impactos sobre a alimentação, a moradia, o lazer, a educação, entre outros), forçando algumas vezes, uma busca

prematura de oportunidade de emprego e renda por parte de crianças e adolescentes, comprometendo, assim, todo seu desenvolvimento (BARBOSA FILHO, 2011).

Por sua vez, a previdência pública tem que arcar com a manutenção de um valor mínimo que, no Brasil, não garante a sobrevivência nos mesmos níveis. Essa necessidade dá-se devido a acidentes incapacitantes que, além das consequências econômicas e sociais, trazem indiscutíveis sequelas psicológico-comportamentais. Para a empresa, advirá todo custo da reposição de um trabalhador qualificado, desde o processo de seleção e avaliação, passando pelo treinamento da função e até o atingimento do nível de qualidade e de produção que se poderia esperar pela continuidade do trabalho e do afastamento (BARBOSA FILHO, 2011).

De acordo com o artigo nº 19 da Lei nº 8213/91, “acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”, ou seja, acidente é todo evento que cause danos ao trabalhador, equipamentos, patrimônio, meio ambiente, entre outros impossibilitando o andamento do serviço. Já incidente é um evento ocorrido não previsto sem danos, ou seja, um quase acidente (BRASIL, 1991).

Segundo Mattos *et al* (2011), a Higiene e Segurança do Trabalho pode ser entendida como uma disciplina da área tecnológica, voltada para o estudo e a aplicação de métodos para a prevenção de acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e outros agravantes à saúde do trabalhador. Cabe a ela identificar os fatores de riscos que levam à ocorrência de acidentes e doenças ocupacionais, avaliar seus efeitos na saúde do trabalhador e propor medidas de intervenção técnicas a serem implementadas nos ambientes de trabalho.

Os autores ainda relatam que a prevenção é feita através da identificação e avaliação dos fatores de riscos e cargas de trabalho com origem no processo de trabalho e na forma de organização adotada, e da implantação de medidas de eliminação ou minimização desses fatores de riscos e cargas. Portanto, tem o objetivo de prevenir e / ou controlar os fatores de riscos que possam gerar eventos não desejáveis (acidentes e doenças ocupacionais) e aumentar a produtividade do trabalhador.

No Quadro 2, Chiavenato (2014) demonstra condições propícias e importantes que devem ser observadas e adotadas para um bom desenvolvimento das atividades no trabalho.

**Quadro 2 - Programa de Higiene do Trabalho**

<b>Ambiente Físico de Trabalho</b>	<b>Iluminação</b>	Luminosidade adequada a cada tipo de atividade.
	<b>Ventilação</b>	Remoção de gases, fumaça e odores desagradáveis, bem como afastamento de possíveis fumantes ou utilização de máscaras.
	<b>Temperatura</b>	Manutenção de níveis adequados de temperatura.
	<b>Ruídos</b>	Remoção de ruídos ou utilização de protetores auriculares.
	<b>Conforto</b>	Ambiente agradável, repousante e aconchegante.
<b>Ambiente Psicológico de trabalho</b>	Relacionamentos humanos agradáveis.	
	Tipo de atividade agradável e motivadora.	
	Estilo de gerência democrática e participativa.	
	Eliminação de possíveis fontes de estresse.	
	Envolvimento pessoal e emocional.	
<b>Aplicação de princípios de ergonomia</b>	Máquinas e equipamentos adequados às características humanas.	
	Mesas e instalações ajustadas ao tamanho das pessoas.	
	Ferramentas que reduzam a necessidade de esforço humano.	
<b>Saúde ocupacional</b>	Diagnostico e prevenção das doenças ocupacionais a partir do estudo e controle das variáveis homem e seu ambiente de trabalho.	

Fonte: Chiavenato (2010, p. 471)

Para Peixoto (2011), a Segurança do Trabalho pode ser entendida como o conjunto de medidas adotadas, visando minimizar os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho das pessoas envolvidas. Ela é praticada pela conscientização de empregadores e empregados em relação aos seus direitos e deveres. A segurança deve ser praticada no trabalho, na rua, em casa, em todo lugar e em qualquer momento.

A Segurança é característica a ser buscada nas pessoas e nos meios ou elementos de um processo produtivo do qual resultará uma produção por meio do trabalho. Dessa forma, há necessidade de desenvolver estes e aqueles para que possam oferecer segurança a todos da organização. O meio pode ser material ou imaterial, tangível ou intangível. Pode ser uma ferramenta, uma máquina, uma informação ou até mesmo a atmosfera gasosa a respirar ou a interagir com outros elementos presentes em determinado trabalho. “Cada qual terá, de forma bem definida, seu papel na formação do ‘todo’ de segurança no ambiente de trabalho” (BARBOSA FILHO, 2011, p. 7).

A gestão de segurança é uma atividade coletiva que deve ser feita através da conscientização e do treinamento dos indivíduos, cada um tem que estar apto a cuidar de sua própria segurança na medida do possível e com as condições ambientais e tecnológicas disponibilizadas por seus gestores. É algo que não pode ser confiado apenas aos gestores, engenheiros e técnicos de segurança. Vale salientar que a condição física e fisiológica de cada pessoa é muito peculiar, logo é necessária uma atenção especial. Por esse motivo os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais são importantes.

De acordo com NR7 do MTE, o empregador tem por obrigação implantar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promover a saúde de seus trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico – epidemiológico com a análise dos riscos ocupacionais através da prevenção, rastreamento e diagnóstico. É obrigatória a realização de exames médicos admissionais, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional. O PCMSO é coordenado por um médico do trabalho do Serviços Especializados em Engenharia e de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). O SESMT segundo a NR4 do MTE tem a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. Este é composto por técnico e segurança do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho, auxiliar de enfermagem do trabalho, enfermeiro do trabalho e médico do trabalho, o dimensionamento da necessidade dos profissionais e da quantidade de profissionais é feita de acordo com a variação do número de empregados no estabelecimento e o grau de risco. Devem constituir SESMT seja ela contratada ou da própria organização, empresas privadas e públicas, órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativos e Judiciários, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (MTE, 2015).

Oliveira (2011) diz que SST é o conjunto de ciências e tecnologias que atua, regulamenta e auxilia na proteção do trabalhador em sua atividade com o intuito de reduzir os acidentes do trabalho e as doenças ocupacionais. Segundo ele, há um pensamento errôneo de que segurança do trabalho só passa de normas e técnicas de utilização de EPIs complicadas, em afastamento por invalidez e o quanto o trabalhador se beneficiou e o empregador se prejudicou. Mas o principal objetivo é zelar pela proteção de acidentes ou doenças ocupacionais com ou sem afastamento no ambiente de trabalho ou no seu percurso, pela qualidade de vida.

Portanto para garantir que os trabalhadores tenham segurança dentro das empresas é importante constituir Comissão Interna de Prevenção Ambiental (CIPA) e o SESMT. A CIPA é formada por trabalhadores que fazem parte da empresa e que necessariamente não precisam ter formação específica em alguma área da SST. Eles são eleitos pelos próprios trabalhadores e tem a função de identificar e implantar ações para a prevenção e eliminação dos riscos,

trabalhando em parceria com o SESMT, que por sua vez é formado por profissionais da área, médico do trabalho, técnico de segurança, engenheiro do trabalho, enfermeiro do trabalho, auxiliar de enfermeiro do trabalho, de acordo com o número de funcionários da empresa conforme mencionado anteriormente. Ambos têm a mesma finalidade com a diferença que a CIPA está diretamente ligada aos trabalhadores, proporcionando dessa forma a colaboração de todos.

O primeiro passo, para uma boa gestão de SST é a identificação de riscos através do Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA), obrigatoriedade contida na NR 9 do MTE. Após a identificação dos riscos físicos, químicos, ambientais, ergonômicos e de acidentes é estabelecido uma metodologia para atenuá-los ou se possível eliminá-los (sendo possível através da implantação e medidas administrativas, Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) ou EPIs. O PCMSO também é uma obrigatoriedade estabelecida pelo MTE contida na NR 7, que tem o objetivo de levantar o perfil epidemiológico do trabalhador e controlar os riscos não eliminados pelo PPRA (BRASIL, 2009; BRASIL, 2015; BRASIL, 2017).

### **2.3 A Segurança do trabalho no Brasil**

Enquanto nos países europeus, com a revolução industrial do século XVIII os projetos em favor da saúde e segurança do trabalhador avançavam, no Brasil, Estados Unidos e demais países americanos somente vieram a ser concretizados no século XX, depois da primeira guerra mundial. A primeira lei de proteção ao trabalhador acidentado no exercício de sua função na Inglaterra ocorreu em 1802. Na França, em 1862, com a regulamentação da segurança e Higiene do Trabalho, em 1865 na Alemanha e 1921 nos Estados Unidos (CAMPOS, 2014).

O conceito de SST no Brasil já estava sendo amadurecido nos ambientes acadêmicos e sindicais de diversas instituições brasileiras. Diante de um cenário de transição política do regime militar para uma sociedade participativa, o enfoque na saúde do trabalhador surgiu com a Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, realizada em Brasília em 1986 (MATOS *et al*, 2011).

Os primeiros indícios de trabalho insalubre e perigoso começaram com a imposição dos trabalhos forçados desde índios até os escravos, que trabalhavam até 18 horas por dia. Os escravos eram amontoados nas senzalas em péssimas condições de higiene e salubridade. O proprietário tinha direito de aplicar castigos físicos sem a interferência do poder público. Não havia preocupação com a saúde do escravo, este tinha uma vida útil de no máximo 12 anos. Mas o cenário mudou com a proibição do tráfico, dessa forma os proprietários tiveram que encontrar formas de aumentar o tempo de vida do escravo, pois com a proibição ficou mais

difícil obter escravos e com a alta procura os custos aumentaram (CAMPOS; MIRANDA, 2005).

Durante o século XVIII, na Bahia, os trabalhadores livres da época organizaram-se em associações com características sindicais e cooperativistas. Estas se constituíram em verdadeiras réplicas das Corporações de Ofício Europeias (associações de artesãos e artífices de várias especialidades profissionais), indo culminar na que se considera a mais próxima e eficaz de todas, sob o aspecto de uma futura entidade de defesa dos direitos dos trabalhadores negros: o Quilombo de Palmares (SOUTO, 2011).

Segundo Figueiredo e Camargo (2013), o desenvolvimento da saúde ocupacional no Brasil, ocorreu tardiamente. Expressou-se na regulamentação do capítulo V da CLT que dispõe sobre a segurança e medicina do trabalho e institui a obrigação da avaliação de riscos ambientais e a adoção de limites de tolerância. Dessa forma deu ao trabalhador o ônus por acidentes e doenças decorrentes da ignorância do trabalhador e negligência do empregador.

Antes mesmo da CLT as primeiras normas em favor do trabalhador começaram a surgir nos anos 30 no início do governo de Getúlio Vargas, direitos como: o salário mínimo, a carteira de trabalho, a jornada de oito horas, as férias remuneradas, a previdência social e o descanso semanal (CAMPOS; MIRANDA, 2005). No Quadro 3 são descritos fatos que deram evolução a SST no Brasil.

**Quadro 3 - Evolução da Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil**

Ano	Evento	Evolução para a SST
1910	Estudos e trabalhos realizados por Oswaldo Cruz na construção da estrada de ferro Madeira-Marmaré.	Sobre as doenças infecciosas relacionadas ao trabalho, como a malária e o amarelão, que tornavam os trabalhadores incapazes e matavam milhares deles.
1918	Decreto nº 3.550 do presidente Wenceslau Braz	Criação do Departamento Nacional do Trabalho, com o intuito de regulamentar a organização do trabalho.
1919	Decreto Legislativo nº 3.724	1ª lei sobre Acidentes do Trabalho instituiu reparação em caso de doença contraída pelo exercício do trabalho.
1930	Decreto nº 19.433, assinado pelo presidente Getúlio Vargas.	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que assumiu as questões de saúde ocupacional.
1943	Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio	Entra em vigor a CLT, com capítulo referente à Higiene e Segurança do Trabalho.
1944	Decreto nº 7036/44	É incluída a CIPA na Legislação Brasileira, conhecido como “Lei de Acidentes de Trabalho de 1944”.

continua



**Quadro 3 - Evolução da Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil** conclusão

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>	<b>Evolução para a SST</b>
1966	Lei nº 5.161	Criação da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), com o objetivo de realizar estudos, análises e pesquisas relativas à higiene e à medicina ocupacional. Atualmente, é denominada de Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (alterado no ano de 1978).
1967	Lei nº 6.514	Altera o Capítulo V da CLT, agora relativo à segurança e medicina do trabalho.
1978	Através da Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, foram aprovadas as Normas Regulamentadoras (NR) do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Segurança e medicina do trabalho. Nesse mesmo ano, foram aprovadas outras 28 (vinte e oito) NRs, as quais sofreram várias alterações ao longo dos anos.
1988	Promulgação da Constituição Federal do Brasil e criação das Normas Regulamentadoras Rurais (NRR). Em 1988, a OIT publica a Convenção nº 167.	Segurança e Saúde na Construção. Essa convenção é aplicada a qualquer atividade econômica relacionada à construção, como: edificações, obras públicas, trabalhos em montagem, desmontagem e, até mesmo, operação e transporte nas obras.
1999	O Governo brasileiro aprova por Decreto Legislativo a Convenção nº 182	Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação, da OIT.
2000	Publicação pela ABNT da ISO 9000	Normas de gestão de qualidade de processo

Fonte: Ferreira e Peixoto (2012 p. 23-26)

Através destes eventos, as ações em prol da integridade física e mental do trabalhador ganharam espaço. Diferente do progresso ocorrido nos países europeus, no Brasil esse progresso ocorreu em passos lentos. Nota-se que no início preocupava-se apenas em reparar os danos das doenças adquiridas no trabalho, ainda não existia a consciência da prevenção. Ao longo dos anos o cenário começou a mudar, a inclusão da segurança e medicina do trabalho na CLT e a aprovação das normas regulamentadoras demonstraram grandes avanços que estão sendo aprimorados.

## **2.4 Segurança do trabalho na gestão pública**

O tema segurança do trabalho na gestão pública é um assunto pouco abordado, porém de suma importância, pois os servidores públicos não deixam de ser trabalhadores, portanto sujeitos a riscos no trabalho assim como os trabalhadores regidos pela CLT.

Para Meirelles (2008 apud SOUZA; REIS, 2013, p.89),

“A estrutura da administração pública compreende a administração direta e a administração indireta; a primeira compõe-se de órgãos com subordinação direta ao executivo que são os Ministérios, as Secretarias de Estado e as Secretarias Municipais, respectivamente, das esferas federal, estadual e municipal. A administração indireta compreende a atividade administrativa dos serviços públicos do Estado transferida para outra entidade por ele criada: são as autarquias, as fundações e as empresas públicas. Nestes espaços denominados “instituições públicas”, atuam os trabalhadores do setor público ou servidores públicos”.

Para muitos, ter um cargo público é sinônimo de estabilidade, sendo não visto como trabalhador e negligenciado quando o assunto é SST, considerando que as normas de segurança do MTE são voltadas para os trabalhadores amparados pela CLT, à falta de embasamento legal é um dos fatores que impede a adoção de medidas preventivas e de proteção aos funcionários. Como o regime de trabalho é estatutário, a união, os estados e municípios muitas vezes negligenciam regras para a saúde do servidor (KLEIN, 2014).

Na Constituição Federal (CF) de 1988, traz o princípio de isonomia, que diz que todos são iguais perante a lei. Dessa forma a saúde é um direito de todos os trabalhadores independente do regime de contratação, onde há trabalho há riscos, portanto no serviço público também há riscos de acidente e doenças. Diante das mudanças no mercado do trabalho, o poder público tem se preocupado com a saúde do servidor, porém as ações são realizadas de forma lenta, alguns fatores que justificam o fato são: a carência de profissionais qualificados para propor políticas de segurança e saúde do trabalhador, a falta de envolvimento dos funcionários, e a carência de recursos financeiros (WILSON, 2015).

Marini (2015) verificou que dependendo da função, os servidores públicos ficam expostos a vários tipos de riscos, por exemplo:

- Na Saúde: Riscos biológicos, físicos, químicos, ergonômicos e de acidentes;
- No Transporte Público: Riscos físicos, ergonômicos e de acidentes;
- Na Educação: Riscos físicos, ergonômicos e de acidentes;
- Na Segurança: Riscos físicos, ergonômicos e de acidentes. Alguns setores podem ainda estar expostos aos riscos químicos e biológicos;
- Na Infraestrutura: Riscos físicos, químicos, ergonômicos e de acidentes;
- Na Limpeza Pública: Riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes;
- Nos Setores Administrativos: Riscos ergonômicos e de acidentes.

Figueiredo e Camargo (2013) e Gomes (2012) afirmam que a SST é pouco disseminada. Diferentemente do que ocorre no setor privado, na gestão pública não há muito incentivo. O

pensamento predominante quando é falado em SST é apenas da função da medicina do trabalho, que é o tratamento do acidente e da doença. Mesmo sendo estudados as causas do adoecimento ou o motivo do acidente não são adotadas as providências administrativas, ou seja, a anulação da fonte de risco. Apesar de certos órgãos aderirem a alguns programas como ginástica laboral, exame médico periódico, ainda deixa muito a desejar.

Batista *et al.* (2012) defende que a diminuição de acidentes com a aplicação das normas de segurança traz a redução de custos e prejuízos, melhoria dos serviços prestados e a motivação dos colaboradores, para a sociedade a redução dos acidentes contribui para o desenvolvimento do país, evitando à redução da população economicamente ativa.

Fonseca e Ferman (2015) afirmam que sendo o serviço público regido por regras diferentes da iniciativa privada, a legislação que protege a saúde e segurança do meio ambiente do trabalhador ainda é escassa. Sendo possível vislumbrar resultados mais satisfatórios de SST com a instituição do decreto nº 6.833/2009 que compete ao MPOG o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS).

O SIASS tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo. (BRASIL, 2009).

Sendo desafio de o mesmo executar ações de vigilância e de promoção à saúde, que alterem ambientes e processos de trabalho e produzam impactos positivos sobre a saúde dos servidores federais (BRASIL, 2009).

Em maio de 2010, através da portaria nº 3, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão implementou as diretrizes para as ações de promoção e vigilância aos ambientes de trabalho, priorizando a prevenção de riscos à saúde do servidor, a avaliação ambiental e a melhoria das condições de trabalho fixadas pela Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS), de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, sendo que na ausência de regulamentação legal destinada aos servidores públicos, deve-se buscar referências em normas nacionais, internacionais e informações científicas atualizadas (BRASIL, 2010).

Almeida (2016) expõe que é importante a regulamentação de medidas que busquem a proteção à saúde e a segurança no laborar dos trabalhadores do setor público sendo que a legislação sobre a SST, no Serviço Público resume-se a disciplinar o tema dos adicionais e gratificações ocupacionais. Programas e medidas que visem promover melhorias através da

eliminação ou diminuição de riscos nos ambientes laborais nem mesmo foram objeto de preocupação do legislador. Criando uma situação desfavorável ao servidor público, quando comparado aos trabalhadores em geral.

## 2.5 Norma operacional de saúde do servidor

Em maio de 2015 a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabeleceu através da portaria nº 3 as orientações básicas sobre a NOSS aos órgãos e entidades do SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. (BRASIL, 2010).

Com a intenção de implementar ações de promoção e vigilância aos ambientes de trabalho, priorizando a prevenção de riscos à saúde do servidor, a avaliação ambiental e a melhoria das condições de trabalho a fim de proporcionar um ambiente saudável para o servidor, sendo que no serviço público federal, as ações nessa área eram dispersas e orientavam-se pelas NRs do Ministério do Trabalho, destinadas ao trabalhador da iniciativa privada (BRASIL, 2015).

A norma integra a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor (Portaria n 3 de 25 de março de 2013) nos aspectos referentes à Vigilância e Promoção da Saúde, sustentando-se na interrelação entre os eixos de vigilância e promoção, perícia médica e assistência à saúde do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS (decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009). A norma buscou agregar princípios importantes das NRs do MTE, o Quadro 4 mostra quais práticas a norma operacional de saúde do servidor adotou das normas regulamentadoras do MTE.

**Quadro 4** - Comparativo Norma Operacional de Saúde do Servidor x Normas Regulamentadoras do MTE

<b>Norma Operacional de Saúde do Servidor</b>	<b>Normas Regulamentadoras – TEM</b>
Seção III - Servidor: participar, acompanhar e indicar à Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP e/ou à equipe de vigilância e promoção as situações de risco nos ambientes e processos de trabalho, apresentar sugestões para melhorias e atender às recomendações relacionadas à segurança individual e coletiva.	NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA tem por objetivo promover um ambiente que proporcione qualidade de vida ao trabalhador, longe de riscos de acidentes e doenças ocupacionais, a comissão é composta por representantes dos trabalhadores e do empregador.

Continua

**Quadro 4** - Comparativo Norma Operacional de Saúde do Servidor x Normas Regulamentadoras do MTE conclusão

<b>Norma Operacional de Saúde do Servidor</b>	<b>Normas Regulamentadoras – TEM</b>
Elaborar o perfil epidemiológico da saúde dos servidores, a partir de fontes de informação existentes com o objetivo de subsidiar as ações de atenção à saúde do servidor	NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO tem caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.

Fonte: Adaptado de Brasil (2015) e Brasil (2018)

A norma foi um grande avanço que agregou os principais programas das normas regulamentadoras como: a participação do servidor nas ações de SST, a emissão de laudos e relatórios ambientais de riscos, e a prevenção de doenças através da elaboração do perfil epidemiológico da saúde dos servidores. Avanços estes que as instituições públicas precisam praticar.

## 2.6 Estado da arte

De acordo com Teixeira (2006) o estado da arte é um instrumento que busca a compreensão do conhecimento sobre determinado tema em um período específico e, conseqüentemente, sua sistematização e análise. Com o objetivo de dar sustentação ao que foi abordado, foram analisados sete artigos sobre Segurança e Saúde no Trabalho Público.

O artigo intitulado **Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho na Área Pública** de Batista et al (2012) versa sobre a importância da Gestão de Saúde do Trabalho na Gestão Pública. Os autores escolheram a garagem municipal do Vale da Ribeira em São Paulo para a realização do estudo, sendo elaborada pesquisa sobre as condições de trabalho e os problemas de saúde que afetam os servidores. Para a realização deste estudo foi adotada pesquisa exploratória, tendo em vista, o nível reduzido de conhecimento de como a cultura de segurança pode afetar os sistemas de gestão, visto que, poucas pesquisas foram realizadas sobre o tema em organizações brasileiras. O universo da pesquisa se limitou ao conjunto de servidores da Garagem Municipal e onde a coleta de dados foi realizada com o auxílio das seguintes técnicas: pesquisas quantitativas e qualitativas e observação pessoal. Com o objetivo de apontar a importância das Normas de Segurança do Trabalho e seus benefícios para a instituição pública municipal, trabalhador e sociedade. A entrevista foi feita com profissionais que realizavam atividades braçais: 33% motoristas, 4% mecânicos, 4% eletricitas, 9% soldadores e 25% outros

(operadores, pedreiros, etc.). Com idade entre 30 e 40 anos, a maioria declarou possuir algum problema de saúde entre eles dores na coluna, colesterol e obesidade. Sendo que, 22% dos servidores estão frequentemente expostos a ruídos e vibrações, 4% são expostos a baixa visibilidade, 6% estão expostos a umidade, 6% a eletricidade, 6% a fungos e parasitas, 11% estão expostos ao sol em excesso, 6% a objetos cortantes. Ao entrevistá-los, os autores constaram que são fornecidos para eles equipamentos de proteção individual, porém nem todos usam por motivos como: não saber usar e falta de motivação. Concluíram então que muitos servidores ainda não têm conhecimento sobre as normas regulamentadoras e do uso de equipamentos individuais, falta conscientização, incentivo e investimento do poder público.

Figueiredo e Camargos (2013), em seu artigo intitulado **Acidentes de trabalho em servidores públicos: uma análise do processo de notificação pela administração pública de Minas Gerais**, discutem sobre a questão dos acidentes de trabalho no setor público. Utilizou-se a metodologia qualitativa, por meio de análise documental da legislação que rege as questões referentes aos acidentes de trabalho entre os servidores do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e da minuta da legislação que regulamenta a Política de Saúde Ocupacional e de entrevistas semiestruturadas. Em seu artigo abordam sobre a notificação de acidentes no setor público diante da escassez de discussões e relatos de acidentes de trabalho entre os servidores públicos. O trabalho teve como objetivo a análise do tratamento dessa questão pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional de Minas Gerais, elas explicam que a notificação é importante porque em sua maioria os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho são evitáveis e passíveis de prevenção. O governo de Minas Gerais fez um planejamento estratégico de longo prazo a fim de implantar modelo de gestão de pessoas baseado em competências. Para o alcance do objetivo, foi iniciado em 2003 pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) um processo de modernização da Administração Pública alterando o foco gerencial para resultado, com o rearranjo das contas públicas para o alcance do equilíbrio fiscal. Em 2007, o estado mudou sua forma de gestão para resultados e a consolidação e o aprimoramento do arsenal implantado e a melhoria do alinhamento gerencial, com fortalecimento do alinhamento das ações à estratégia sendo sucedida em 2011 para gestão para a cidadania com a introdução de ferramentas gerenciais em busca com foco em meritocracia, valorização contínua e desenvolvimento do servidor. Em 2011, foi instituída a Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGESP), vinculada à SEPLAG para favorecimento da consolidação de uma política de gestão de pessoas pautada no alinhamento à estratégia governamental. E a partir dela a Superintendência Central de Perícia Médica Ocupacional

(SCPMO), tendo por competência normatizar, orientar, implementar e executar as atividades de perícia médica e saúde ocupacional desses servidores. Apesar do incentivo à saúde do servidor, a notificação dos acidentes de trabalho não era incentivada, algo então deficiente no setor público. Segundo elas, isso pode ser justificado caso o acidente não incapacite o servidor a desempenhar suas atividades, por desmotivação ou por desinteresse, por falta de esclarecimento ou por achar que aquela informação não iria se traduzir em transformação em seu ambiente de trabalho. As autoras perceberam no decorrer da elaboração do trabalho que não há muitos dados consolidados sobre o tema e concluíram que o tratamento para acidentes do trabalho é focado no indivíduo e na reparação de danos, ou seja, medicina do trabalho, quando deveria ser corrigida a fonte dos danos. A legislação então vigente é precária e o processo de notificação não é bem definido e informado, desestimulando a notificação de acidentes, principalmente aqueles considerados leves, que não demandam afastamentos.

Em seu trabalho de conclusão de curso intitulado **Trabalho e Saúde no Contexto das Bibliotecas da FURG**, Ribas (2013) buscou investigar as principais doenças adquiridas pelos profissionais que atuam no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, assim como avaliar as condições do ambiente de trabalho dos mesmos. Além disso, o trabalho teve o objetivo de conscientizar a equipe sobre possíveis riscos ocupacionais existentes e sobre a importância da utilização dos EPIs. Os procedimentos adotados pela autora para a realização da pesquisa foram o estudo quali-quantitativo através do uso de questionário contendo perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha, a observação participante da pesquisadora e a técnica bola de neve. Segundo Ribas (2013) mesmo com todas mudanças físicas ou ambientais, muitas vezes as bibliotecas podem ser consideradas um ambiente insalubre devido ao acúmulo de papeis, livros, revistas e jornais que propicia o desenvolvimento de mofo, bactérias e fungos. E de certa forma afeta a saúde e a qualidade de vida dos funcionários vítimas de doenças ocupacionais.

Dentre as doenças mais comuns ela destaca: faringite, rinites alérgicas, sinusite, conjuntivite, dermatoses, lesão por esforço repetitivo/distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (LER/DORT). Além dos equipamentos de proteção coletiva, afirma que outra forma de prevenir as doenças ocupacionais seria o uso dos EPIs, instrumento que deve ser usado em todas as tarefas que apresentem riscos de danos à saúde e segurança do profissional, porém muitas vezes o uso é negligenciado pela descrença do usuário sobre a existência dos riscos e outro pelo fato da instituição não disponibilizar. São EPIs importantes para o bibliotecário:

óculos de segurança, protetores respiratórios, protetores para o tronco (aventais, jaleco ou capas).

Na análise dos resultados a autora constatou que 68% dos entrevistados apresentaram algum tipo de doença diagnosticada clinicamente, na categoria doenças alérgicas e respiratórias 81,5% dos profissionais apresentaram o problema, sendo que a rinite teve o indicativo de 63,6% alérgicos, ou seja, foi a doença mais apontada dos indivíduos que apresentaram algum tipo de problema de saúde. Conforme a observação da pesquisadora, a unidade em questão trata-se de um ambiente pouco ventilado em que não há uma circulação ou a troca direta do ar e a soma desses fatores junto às características que aponta o ambiente como empoeirado, pouco ventilado e atribuindo ao desuso de EPIs tenha contribuído no desenvolvimento das doenças, por estar relacionada ao trabalho.

Constatou que 18% dos profissionais já desenvolveram algum problema de pele, observou que os problemas dermatológicos diagnosticados na região dos braços, podem estar relacionados com o manuseio dos livros, pois faltam carrinhos para transportar os livros até as estantes, logo, os profissionais acabam carregando-os nos braços sendo que apenas 15% dos profissionais usam EPIs e o jaleco não é utilizado o que, naturalmente, acaba possibilitando o contato direto do indivíduo com os agentes biológicos.

Na categoria, referente às síndromes de LER (37%) foram diagnosticados com a doença, sendo que as mais apontadas foram tendinite (33%) e bursite (11%), comuns em pessoas que trabalham com atividades de movimentos repetitivos.

No aspecto ambiente, a pesquisadora observou que o local não tem janela e não possui banheiro próprio pouco ventilado e apertado, mobília inadequada, algumas quebradas devido a ação de cupins, inexistência de condicionadores de ar e uso de ventiladores. A fim de possibilitar melhores condições de conforto durante o trabalho, a pesquisadora observou que alguns profissionais adaptaram uma caixa abaixo do monitor para alinhar a visão até a tela do computador adequadamente. Um profissional confeccionou caixinhas de apoio para os pés por trabalhar muito tempo sentada. Observou que no setor de atendimento os profissionais foram lesados com a questão da mobília ergonomicamente incorreto por causa do balcão alto, sem apoio para os pés cadeira não ergonômica e bancos sem encosto.

No artigo **Pressupostos legais à saúde do servidor público federal**, os autores Silva, Licório e Siena (2014) teve como objetivo analisar a legislação pertinente à Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (PASS) e as informações sobre a saúde dos servidores no sistema SIAPESAÚDE, com metodologia de pesquisa documental, de natureza aplicada,



abordagem qualitativa e descritiva. Relatam que devido a modernização das organizações e da forma de trabalho como a informatização, a flexibilização e a exigência do mercado, os servidores públicos assim como os trabalhadores privados tem que se adaptar constantemente. Por esse motivo o governo federal estabeleceu a PASS, que objetiva promover ações para a saúde do servidor público com a finalidade de proporcionar qualidade de vida. Segundo os autores, o modelo atual de gestão pública no trabalho valoriza aspectos como produtividade, assiduidade, competências técnicas e administrativas, porém não compreende integralmente as situações biopsicossociais dos servidores nos exercícios de suas atividades e nas condições de trabalho ou nos relacionamentos interpessoais. Podendo resultar em afastamentos, queda da qualidade da prestação de serviços. Eles ainda defendem que a aplicabilidade depende de vontade política, de capacidade de gestão e da consolidação dos princípios da gestão moderna no serviço público federal. A PASS abrange as necessidades de levantamento de problemas e dados provenientes da avaliação da saúde do servidor, do mapeamento, das situações de absenteísmo, das causas de adoecimentos e afastamentos diversos, bem como, a verificação dos pontos críticos nos ambientes de trabalho. Como resultado da pesquisa perceberam que os servidores lidam com inseguranças, com pressões de cunho emocionais, falta de condições de trabalho, organização de serviços, números reduzidos de profissionais, ambientes inadequados e outros fatores delineadores na QVT. Pelo estudo foi detectada que a questão ainda é uma preocupação individualizada e não contempla o equilíbrio entre organização, satisfação e produtividade. Mas para promover a saúde é preciso primeiro estruturar, organizar o trabalho e incentivar a participação dos trabalhadores em atividades que possibilitam promover o desenvolvimento pessoal e trazer as responsabilidades as organizações e instituições objetivando a construção e escolha de alternativas saudáveis.

Santos (2014), em seu trabalho de conclusão de curso intitulado **A saúde dos bibliotecários: abordagem de algumas doenças ocupacionais** fez uma revisão de literatura sobre a temática saúde ocupacional do profissional bibliotecário. Com o objetivo de investigar quais as principais doenças ocupacionais que os bibliotecários estão propensos a adquirir quando exercem suas atividades laborativas. No trabalho, ela destaca a importância da ginástica laboral nas empresas e bibliotecas porque auxilia na prevenção e redução de doenças ocupacionais, além de ser compreendida como parte de um conjunto de medidas ergonômicas indispensáveis para a QVT. Explica que escolheu o tema devido à escassez de pesquisas que abordam as doenças ocupacionais em bibliotecários, ocasionando no não reconhecimento dos problemas de saúde adquiridos pelos profissionais. Em sua revisão teórica identificou as

principais doenças ocupacionais adquiridas pelos bibliotecários entre elas as doenças osteomusculares – LER e DORT ocasionando enfermidades que afetam os tendões, articulações, nervos com ou sem degeneração dos tecidos. Doenças ocasionadas pela postura inadequada e atividades repetitivas, problemas que podem ser sanadas com a adoção de equipamentos ergonomicamente corretos e revezamento das funções.

Doenças causadas por agentes biológicos – fungos, bactérias e leveduras – agentes encontrados no ar, no solo e no homem, presente em bibliotecas, livrarias e arquivos, pode ser transmitido através da via cutânea (pele), digestiva (alimentação e a própria saliva) e a via respiratória (aspiração de ar condicionado) e a via mucosa) e estresse ocupacional.

Doenças ocupacionais respiratórias - decorrentes dos riscos físicos e biológicos - rinites, sinusites, asma, ulceração e necrose do septo nasal e perfuração do septo nasal, faringite ocupacional, rinite ocupacional, laringotraqueíte aguda crônica.

A autora explica que além do risco ergonômico devido à realização de atividades como reposição dos volumes literários às prateleiras altas e baixas; conferência dos volumes das prateleiras; atendimento aos acadêmicos realizado no balcão; liberação dos volumes do carrinho de guarda-volumes; conferência das carteirinhas e dos livros no balcão de forma sentado, o profissional também fica exposto aos riscos biológicos, químicos e físicos por isso a importância do uso de EPIs para minimizar danos à saúde e a adoção de prática: Proteção Ocular – evitam a contaminação e lesões por partículas. O uso de óculos se torna indispensável em bibliotecas, pois são ambientes que acumulam fungos, poeiras e partículas de diversas origens, sem falar no uso de produtos químicos utilizados para a higienização dos documentos e espaço físico. Além disso é importante proteger o tronco com o uso de capas, aventais, calças, jaquetas. As mãos e braços. E fazer uso de proteção respiratória porque a biblioteca é um ambiente potencialmente insalubre por abrigar em seu espaço físico quantidades de papéis que favorecem o acúmulo de poeira e o surgimento de fungos e bactérias.

No campo da biblioteconomia o problema é invisível devido à escassez de trabalhos que estudam o assunto e a necessidade da implantação de políticas gestacionais focadas para a saúde do bibliotecário.

Fonseca e Fermam (2015), no artigo intitulado **Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho: uma proposta de avaliação da conformidade para a administração pública federal brasileira**, através de uma pesquisa bibliográfica descritiva, com estudo da legislação envolvida e de normas de Sistemas de Gestão em Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST), teve o objetivo de discutir aspectos gerais relativos a SGSST e expor a proposta para avaliação

da conformidade para esses sistemas, como ferramenta para propiciar a melhoria contínua no desempenho referente à segurança e saúde no trabalho na administração pública federal do Brasil. Eles propõem para a administração pública um mecanismo de adoção de SGSST para a melhoria contínua das condições de trabalho e prevenção de doenças e acidentes. Na pesquisa bibliográfica eles falam sobre a falta de legislação específica em SST para a administração pública devido às NRs serem voltadas para os trabalhadores regidos pela CLT, e muitas vezes não condizerem com a realidade das instituições. Sobre a importância da aplicação da SGSST e a importância da fiscalização para que as possíveis falhas sejam corrigidas. Como conclusão do trabalho, Fonseca e Ferman (2015) propõem a aplicação de um programa de avaliação da conformidade de SGSST pelo MPOG com base na norma OHSAS 18001 e ABNT NBR ISO 17021:2011 (Avaliação da conformidade - Requisitos para organismos que fornecem auditoria e certificação de sistemas de gestão). Para que a aplicação em um órgão sirva de *benchmarking* para os demais que ainda não implantaram SGSST e que possuam esse interesse, visando a propagação das experiências de sucesso, considerando o processo de melhoria contínua desses órgãos ou entidades que tenham obtido certificação.

Almeida (2016), em sua dissertação intitulada: **A segurança e saúde no trabalho no regime CLT e no regime estatutário: uma abordagem do planejamento governamental comparando o tema nos dois regimes**, fez uma comparação de como é o funcionamento das normas regulamentadoras do MTE para o regime celetista e para o regime estatutário, com o objetivo de propor alternativas para sanar a omissão legislativa e regulamentar sobre saúde e segurança no trabalho no regime jurídico único federal (estatutário). O trabalho foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica e documental, através de normas legais, incluindo leis, decretos-lei, medidas provisórias, textos constitucionais (das diferentes constituições brasileiras) e emendas constitucionais. O autor relata que os celetistas e os estatutários são submetidos a diferentes ramos do direito, enquanto a classe dos trabalhadores celetistas é submetida ao ramo do direito do trabalho e ao regime CLT a disciplina legal e regulamentar é bastante satisfatória em termos de abrangência. Os servidores públicos têm sua relação de trabalho maneada pelo direito administrativo e os cuidados com a SST resume-se apenas a tratar dos adicionais ocupacionais, deixando de lado importantes programas e medidas que são utilizadas no regime celetista com grande êxito há décadas, a exemplo do PPRA, o PCMSO e a CIPA, entre outros (garantir isonomia entre os servidores públicos e os trabalhadores do regime privado, no que diz respeito à proteção de sua saúde e segurança no trabalho. Iniciativas obrigatórias no setor privado que não existem no serviço público deixando os servidores

desamparados ante os notórios agravos que decorrem da ausência de uma regulamentação no tema SST. E que contribuem para a melhoria das condições de trabalho, através da busca pela neutralização e eliminação de riscos presentes nos ambientes laborais permitindo a ação preventiva de acidentes e adoecimento em razão do trabalho. Isso faz com que a omissão legislativa e regulamentar sobre o tema de SST no serviço público acarrete em graves consequências para os trabalhadores desse setor. Ainda diz que o tema da saúde e segurança no trabalho encontra ampla regulamentação no regime CLT. No regime do serviço público, entretanto, o assunto ainda não está regulamentado, ou seja, da mesma forma que os trabalhadores em geral estão expostos a riscos em seus ambientes laborais os servidores públicos também estão. A regulamentação da SST tem o importante papel de criar mecanismos que busquem promover as melhorias necessárias nos ambientes laborais para diminuir ou eliminar os riscos a que os trabalhadores estão expostos. Nesse aspecto, há grande prejuízo aos servidores públicos, já que seu regime prescinde de uma regulamentação sobre o tema

Diante da falta de regulamentação do tema de saúde e segurança do trabalho no serviço público. No Quadro 5 o autor sugere algumas edições de lei que regule a saúde e segurança do trabalho no setor público:

**Quadro 5** - Sugestões de regulamentação da SST no setor público.

<b>ALTERNATIVA</b>	<b>VANTAGEM</b>	<b>DESVANTAGEM</b>
1 - Edição de Lei que autorize a utilização das normas regulamentadoras para o serviço público.	Aproveitar toda a estrutura normativa já existente no regime CLT. Celeridade. Utilização do Know How acumulado.	Não se adequar totalmente as peculiaridades do serviço pública.
2 - Edição de Lei que exija dos órgãos públicos da administração pública que disciplinem o tema no âmbito dos seus órgãos.	Aproveitar estruturas normativas já formadas no âmbito de cada órgão.	Falta de padronização da política de SST entre os diferentes órgãos.
3 - Elaboração de uma lei geral de segurança e saúde do servidor público.	Melhor adequação as peculiaridades do serviço público.	Maior trabalho na elaboração de toda uma nova estrutura normativa/regulamenta. Morosidade e custo.

**FONTE:** Adaptado de Almeida (2017).

Os estudos apresentados no estado da arte contribuem para o presente trabalho porque mostra a importância da SST no serviço público e o estado dos bibliotecários diante de situações de riscos. Nos trabalhos pode-se notar que o grande problema é a falta de normatização específica para o serviço público e a obrigatoriedade no cumprimento das normas. O que faz

com que diante da necessidade, algumas práticas relacionadas a SST sejam implantadas, porém muitas vezes sem grandes sucessos, devido à má gestão, falta de incentivo, comprometimento, conscientização e recursos escassos e informação.

Por sua vez os servidores públicos bibliotecários encontram-se em uma situação delicada, devido a condições precárias, como a indisponibilidade de EPIs adequados, mobiliário inadequado e ambiente propício a proliferação de fungos, bactérias e poeiras. O índice de adoecimentos é alto, doenças como: rinite, sinusite, lombalgia, LER, DORT, são comuns entre os bibliotecários.

O Quadro 6 apresenta o resumo das pesquisas descritas anteriormente sobre o tema, representando o estado da arte.

**Quadro 6 - Síntese do Estado da Arte**

<b>Autor</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Resultados</b>
Almeida (2016)	Propor alternativas para sanar a omissão legislativa e regulamentar sobre saúde e segurança no trabalho no regime jurídico único federal (estatutário).	No setor público a SST ainda não foi regulamentada dessa forma propôs três alternativas para sanar o problema:  1 - Edição de Lei que autorize a utilização das normas regulamentadoras para o serviço público. 2 - Edição de Lei que exija dos órgãos públicos da administração pública que disciplinem o tema no âmbito dos seus órgãos. 3 - Elaboração de uma lei geral de segurança e saúde do servidor público.
Fonseca e Fermam (2015)	Discutir aspectos gerais relativos a sistemas de gestão em segurança e saúde no trabalho e expor a proposta para avaliação da conformidade para esses sistemas, como ferramenta para propiciar a melhoria contínua no desempenho referente à segurança e saúde no trabalho na administração pública federal do Brasil	Proposta de aplicação de um programa de avaliação da conformidade de SGSST pelo MPOG com base na norma OHSAS 18001 e ABNT NBR ISO 17021:2011(Avaliação da conformidade - Requisitos para organismos que fornecem auditoria e certificação de sistemas de gestão). Para que a aplicação em um órgão sirva de benchmarking para os demais que ainda não implantaram SGSST e que possuam esse interesse, visando a propagação das experiências de sucesso, considerando o processo de melhoria contínua desses órgãos ou entidades que tenham obtido certificação.

continua

Quadro 6 - Síntese do Estado da Arte

continuação

Autor	Objetivos	Resultados
Silva, Licório e Siena (2014).	Analisar a legislação pertinente à Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – PASS e as informações sobre a saúde dos servidores no sistema SIAPESAÚDE.	Se atividades de promoção da saúde, se implementadas adequadamente na Administração Pública Federal, podem ser efetivas na redução dos riscos gerados nos ambientes de trabalho, afastando as doenças ocupacionais. Como resultado da pesquisa perceberam que os servidores lidam com inseguranças, com pressões de cunho emocionais, falta de condições de trabalho, organização de serviços, números reduzidos de profissionais, ambientes inadequados e outros fatores delineadores na QVT, portanto. Pelo estudo foi detectada que a questão ainda é uma preocupação individualizada e não contempla o equilíbrio entre organização, satisfação e produtividade. Mas para promover a saúde é preciso primeiro estruturar, organizar o trabalho e incentivar a participação dos trabalhadores em atividades que possibilitam promover o desenvolvimento pessoal e trazer as responsabilidades as organizações e instituições objetivando a construção e escolha de alternativas saudáveis.
Ribas (2013)	Buscou investigar as principais doenças adquiridas pelos profissionais que atuam no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG assim como avaliar as condições do ambiente de trabalho dos mesmos e conscientizar a equipe sobre possíveis riscos ocupacionais existentes e sobre a importância da utilização dos EPIS	Na análise dos resultados a autora contou que 68% dos entrevistados apresentaram algum tipo de doença diagnosticada clinicamente. Doenças alérgicas e respiratórias alérgicas, LER, DORT devido as condições ambientais, físicos e ergonômicos do trabalho.
Figueiredo e Camargos (2013)	A notificação de acidentes no setor público diante da escassez de discussões e relatos de acidentes de trabalho entre os servidores públicos	Não há muitos dados consolidados sobre o tema e o tratamento para acidentes do trabalho é focado no indivíduo e na reparação de danos, ou seja, medicina do trabalho, quando deveria ser corrigida a fonte dos danos. A legislação vigente é precária e o processo de notificação não é bem definido e informado, desestimulando a notificação de acidentes, principalmente aqueles considerados leves, que não demandam afastamentos.
Batista et al (2012)	Apontar a importância das Normas de Segurança do Trabalho e seus benefícios para a instituição pública municipal, trabalhador e sociedade.	Muitos servidores ainda não têm conhecimento sobre as normas regulamentadoras e do uso de equipamentos individuais, falta conscientização, incentivo e investimento do poder público.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018)

### **3 UNIDADE DE ESTUDO**

Neste capítulo é apresentada a história da Universidade federal de Sergipe desde a sua criação como faculdade até tornar-se uma universidade. Em seguida, uma breve descrição da criação da Divisão de Segurança do Trabalho da UFS, destacando suas principais funções, concluindo com a caracterização da Biblioteca Central, objeto de estudo deste trabalho. Todas as informações foram retiradas do site da UFS.

#### **3.1 Universidade Federal de Sergipe**

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) tem uma trajetória iniciada na década de 1940. Começou com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química em 1948, seguida da Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia em 1950, Escola de Serviço Social em 1954 e Faculdade de Ciências Médicas em 1961, quando finalmente em 15 de maio de 1968 foi instituída a Fundação Universidade Federal de Sergipe, concretizado em 1967 pelo Decreto-Lei nº 269, incorporando todos os cursos superiores existentes no estado (UFS 45 ANOS, 2013).

A UFS está presente nos municípios de São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras, Itabaiana e Lagarto além de 14 polos de educação a distância nos seguintes municípios do estado: Arauá, Brejo Grande, Estância, Japaratuba, Laranjeiras, Lagarto, Poço Verde, Porto da Folha, São Domingos, Carira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Propriá e São Cristóvão, na pós-graduação 48 cursos *stricto sensu*, sendo 8 de doutorado, 37 de mestrado acadêmico e 3 de mestrado profissional, transmite também qualidade de ensino através do Colégio de Aplicação com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio (UFS 45 ANOS, 2013).

#### **3.2 Divisão de segurança do trabalho**

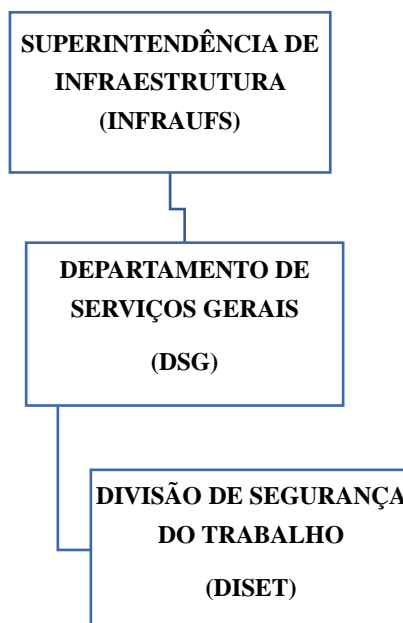
Em dezembro de 2013 foi divulgado pela assessoria de comunicação do gabinete do então reitor Ângelo Antonioli a proposta ao Conselho Superior para a criação da Divisão de Segurança do Trabalho. Com o objetivo de reduzir do número de acidentes de trabalho e gerenciar os riscos ambientais existentes na UFS, com controle e eliminação dos mesmos (ASCOM UFS, 2013).

O artigo 162 da resolução nº 03/2014/CONSU, lista os deveres da Divisão de Segurança do Trabalho, como segue as competências da divisão:

- “I. promover ações de segurança e qualidade de vida no trabalho entre os servidores docentes e técnico-administrativos, bem como aos colaboradores terceirizados da Universidade Federal de Sergipe;
- II. buscar reduzir acidentes de trabalho a partir do desenvolvimento de ações educativas;
- III. supervisionar e responsabilizar-se tecnicamente pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- IV. planejar, e definir estratégias para realização de avaliações ambientais e de acidentes do trabalho;
- V. definir modelos a serem implementados no tocante ao gerenciamento de riscos ambientais e medidas de eliminação e controle dos mesmos;
- VI. dar suporte técnico a Universidade nas questões legais em matéria de segurança do trabalho;
- VII. definir, elaborar e implementar treinamentos voltados para Segurança do Trabalho;
- VIII. supervisionar e fiscalizar o atendimento às normas de Segurança do Trabalho pelas empresas terceirizadas que prestam serviços a Universidade;
- IX. supervisionar e fiscalizar a atendimento às normas de segurança do trabalho pelas empresas contratadas para serviços de construção civil;
- X. orientar os coordenadores de centros e de departamentos quanto às medidas preventivas e uso de Equipamentos de Proteção Individual a serem distribuídos;
- XI. realizar estudos de engenharia, com vistas a eliminar ou reduzir as condições insalubres bem como riscos de acidentes nos ambientes de trabalho;
- XII. realizar a gestão dos equipamentos de proteção e combate a incêndio;
- XIII. auxiliar na gestão dos Equipamentos de Proteção Individual para os servidores, e,
- XIV. criar procedimentos de trabalho e sistemática de acompanhamento, com o objetivo de atender as normas de segurança para trabalhos em altura, a quente, em ambientes confinados e outras tarefas que exijam autorização específica conforme os preceitos legais.”

A divisão fica localizada na Prefeitura da UFS e é integrante da Superintendência de Infraestrutura, conforme Figura 3:



**Figura 3 - Organograma da DISET**

Fonte: Adaptado de UFS (2014)

### 3.3 Bibliotecas da UFS

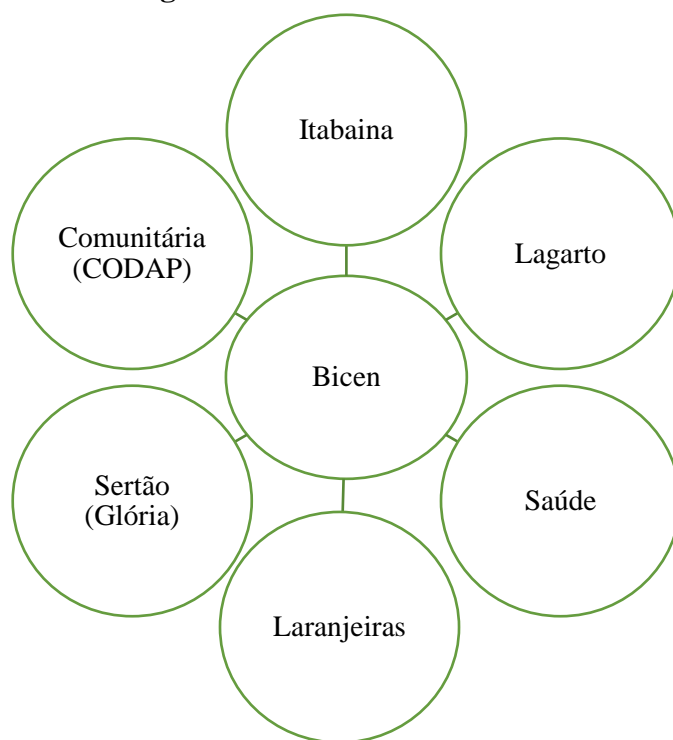
Antes da unificação dos cursos com a criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe e a instalação dos cursos superiores em Sergipe, surgiram as respectivas bibliotecas: de Ciências Econômicas (1948), Química (1950), Direito e Filosofia (1951), Serviço Social (1954) e Ciências Médicas (1961). Sendo que em 1968, foram incorporados à Fundação Universidade Federal de Sergipe e criou-se a Biblioteca Central, através da Resolução nº11/79/CONSU que aprova o Regimento datado de 20 de agosto de 1979, tendo a finalidade de planejar e incorporar todas as bibliotecas e coordenar a instalação definitiva para o campus universitário no ano de 1980.

A Biblioteca Central (BICEN) iniciou a automação de seus serviços em 1995 utilizando o SAB-II (Sistema de Automação de Bibliotecas), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria. Em 1999, foi instalada a nova versão do programa Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas (BIBLIOTECH), e em 2002 foi concluída a conversão retrospectiva do acervo, contando com os serviços de busca de informação através do catálogo-online com o serviço de empréstimo e renovação. A partir de março de 2007, foi integrado a rede *PERGAMUM* – Sistema Integrado de Bibliotecas, o qual foi criado em 1995, com abrangência nacional e sede na cidade de Curitiba, tendo a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPr) como

detentora dos direitos autorais. O *Pergamum* funciona de maneira integrada, garantindo muito mais agilidade no acesso à informação (PORTAL UFS, 2018).

A Figura 4 mostra um organograma com as bibliotecas pertencentes à UFS.

**Figura 4** - Bibliotecas da UFS



Adaptado de UFS (2017)

A BICEN é responsável por todo o processo de livro desde a aquisição ou recebimento de doação até a distribuição para as outras bibliotecas da universidade. Seus principais serviços são: restauração, cadastro, recebimento de teses e dissertações, *braille* e treinamento em base de dados.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia de pesquisa é a descrição de como serão coletados os dados e as informações que serão analisadas e interpretadas no alcance dos objetivos gerais e específicos da própria pesquisa científica.

### **4.1 Caracterização de estudo**

Segundo Gil (2010), com base nos objetivos, as pesquisas são classificadas em exploratórias, descritivas e explicativas. As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esse tipo de pesquisa é escolhido quando o tema é pouco explorado envolvendo levantamento de dados bibliográficos e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. As descritivas têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis, à coleta de dados é feita de forma padronizada, pois tem por objetivo levantar as opiniões e atitudes de uma população e descobrir a existência de associações entre as variáveis (GIL, 2010 p. 28). Ainda de acordo com o autor as pesquisas explicativas são as mais complexas e delicadas já que o objetivo delas é aprofundar o conhecimento da realidade e explicar a razão, o porquê das coisas, sendo que dessa forma o risco de cometer erros aumenta.

No presente trabalho o que mais se enquadra como uma pesquisa descritiva, conforme Leite (2008) e Andrade (2010) é um processo de observação, registro e análise não havendo desta forma interferência do pesquisador, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humanos são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador. Quanto aos procedimentos será uma pesquisa de campo que se baseia na observação dos fatos tal como ocorre na realidade (LEITE, 2008).

### **4.2 Questões de pesquisa**

O objetivo geral deste estudo é analisar a situação dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe no seu ambiente de trabalho, quando o assunto é saúde e segurança no trabalho, sendo a universidade uma instituição pública federal sabendo

também que a normatização referente a segurança e saúde do trabalho para os servidores públicos não tem uma normatização específica para cada caso.

Para isso foram definidos objetivos específicos que se transformaram nas seguintes questões:

- a. Quais as características sócio-funcionais dos bibliotecários que trabalham na BICEN/UFS?
- b. Quais prováveis doenças provenientes das atividades exercidas pelos bibliotecários nas situações de trabalho?
- c. Quais os planos de prevenção adotados pela instituição e os EPIs utilizados?
- d. Quais as condições socioambientais dos postos de trabalho?

#### **4.3 Métodos e estratégias de pesquisa**

Os métodos de pesquisa são classificados em quantitativos e qualitativos. Leite (2008) relata que as pesquisas que adotam métodos quantitativos são aquelas que empregam a estatística e a matemática, os números e os cálculos como principal forma de análise das informações. Método este utilizado de forma geral, por exemplo, para pesquisas de mercado, eleitoral, de controle de qualidade, de padrões e de motivações. Através dela são feitas representações de quantidades, valores e resultados de operações.

Já o método qualitativo possui o poder de analisar fenômenos com consideração de contexto, se baseia em objetivos classificatórios, utilizam de maneira mais adequada os valores culturais e a capacidade de reflexão do indivíduo (LEITE, 2008) e por esse motivo o método de pesquisa deste trabalho foi qualitativo.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados as pesquisas são classificadas em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa não experimental, pesquisa ação, pesquisa participante, levantamento (*survey*), estudo de campo, estudo de coorte, estudo de caso, pesquisa etnográfica (RAMPAZZO E CORRÊA, 2008).

Neste trabalho foi utilizado como procedimento a pesquisa documental, o estudo de caso e o estudo de campo, segundo Andrade (2010) tem como característica a coleta de dados diretamente no local da ocorrência através da observação direta e com uso de instrumentos como questionários, formulários e entrevistas.

#### 4.4 Fontes de evidencia

Segundo Lima (2009) a definição do instrumento de coleta de dados depende dos objetivos que se pretende alcançar com a pesquisa e o universo a ser estudado. Sendo os tipos de instrumento a observação, a entrevista, o questionário e o formulário, Andrade (2010) defende que uma das características da pesquisa descritiva é a coleta de dados feita através de questionários padronizados e da observação. Conforme os objetivos apresentados os instrumentos de dados foram questionários, entrevista e observação não participante que segundo Marconi e Lakatos (2002) o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem se integrar-se a ela: permanece de fora.

#### 4.5 Critérios para escolha do caso

Os critérios para a escolha do caso se deram devido ao conhecimento da autora sobre normas da segurança e saúde do trabalho. A ligação desta área de estudo com disciplina de gestão de pessoas do curso de administração quando se fala em motivação e a adequação do ambiente de trabalho para o funcionário e a nítida observação da necessidade de adoção de medidas contidas nas normas regulamentadoras do MTE na gestão pública.

Aproveitando os recursos da própria instituição foi escolhido os bibliotecários UFS por se enquadrarem em todos os critérios sendo eles servidores estatutários e o ambiente de trabalho conter fontes de riscos.

#### 4.6 Unidades de análise

O Quadro 7 mostra as categorias analíticas e os elementos de análise e suas respectivas perguntas, as quais encontram-se no apêndice deste trabalho:

**Quadro 7 - Categoria de Análise e Fontes de Evidência**

Objetivos específicos	Categoria de análise	Elemento exploratório	Fontes de Evidências
Qual o perfil dos servidores que trabalham na BICEN/UFS?	Características sócio funcionais	Sexo, faixa etária, escolaridade, formação acadêmica, necessidade especial	Questionário: questões 1, 2, 3, 4, 5

continua

**Quadro 7 - Categoria de Análise e Fontes de Evidência**

conclusão

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Categoria de análise</b>	<b>Elemento exploratório</b>	<b>Fontes de Evidências</b>
Quais as prováveis doenças provenientes das atividades exercidas pelos servidores nas situações de trabalho?	Prováveis doenças do trabalho	Tempo de serviço, horas trabalhadas, doenças relacionadas ao trabalho,	Questionário: Questões 7, 9
Quais as condições socioambientais dos postos de trabalho?	Análise ambiental e EPIs utilizados	Layout de trabalho, limpeza do ambiente de trabalho, limpeza de condicionadores de ar	Questionário: Questões 10, 12 Observação
Quais os planos de prevenção adotados pela instituição?	Planos de Prevenção	Programas de incentivo a qualidade de vida, brigada de incêndio, exame médico periódico, PPRA	Questionário: Questões 8, 11, 12, 14 Análise documental

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2018).

#### **4.7 Definições constitutivas operacionais das categorias analíticas e elementos exploratórios**

Neste momento serão definidos os termos das categorias analíticas, como forma de esclarecer e facilitar o entendimento do trabalho nas próximas etapas.

##### **4.7.1 Características sócio funcionais**

**Características sócio funcionais:** São as sociais e funcionais, consiste nas características básicas como idade, sexo e escolaridade da população estudada.

**Doenças do trabalho:** São as doenças adquiridas devido a determinada função exercida no trabalho também chamadas de doenças ocupacionais;

**Análise ambiental e EPIs:** é um procedimento que tem por objetivo a identificação de riscos no setor de trabalho do indivíduo, após a identificação dos riscos são levantadas soluções para extinguir ou amenizar o efeito do risco. Soluções que podem consistir em medidas administrativas (mudança de *layout*, troca de equipamento ou mobiliário), utilização de Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) ou EPI;

**Planos de Prevenção:** São aqueles que protegem a integridade física das pessoas em casos de acidentes, evitam a contaminação em caso de contato com substâncias que causam o adoecimento e/ou morte, e buscam recuperar a disposição do trabalhador devido a realização de atividades de geram fadiga.

#### 4.7.2 Sujeitos da pesquisa

Para comportar a amostra da presente pesquisa foram entrevistados 12 bibliotecários, de um total de 16 que trabalham na BICEN/UFS, divididos entre a Divisão de Apoio ao Leitor e a Divisão de Processamento Técnico. Além disso, foi entrevistada uma doutora em biblioteconomia com o objetivo de fazer um levantamento dos aspectos que influenciam na profissão de bibliotecário. Os sujeitos da pesquisa foram nomeados conforme mostra Quadro 8.

**Quadro 8 - Sujeitos da pesquisa**

<b>Sujeito</b>	<b>Características</b>	<b>Local de Trabalho</b>
E1	18 a 30 anos de idade, do sexo feminino, 4 anos de serviço	Divisão de Apoio Ao Leitor
E2	30 a 45 anos de idade, sexo feminino, 12 anos de serviço	Divisão de Apoio ao Leitor
E3	30 a anos de idade, sexo feminino, 14 anos de serviço	Divisão de Processamento Técnico
E4	45 a 65 anos de idade, sexo feminino	Divisão de Processamento Técnico
E5	45 a 65 anos de idade, sexo feminino	Divisão de Processamento Técnico
E6	30 a 45 anos de idade, sexo feminino, 14 anos de serviço	Divisão de Processamento técnico
E7	30 a 45 anos, sexo feminino, 4 anos de serviço	Divisão de Processamento técnico
E8	30 a 45 anos, sexo feminino	Divisão de Processamento técnico
E9	45 a 65 anos de idade, sexo masculino, 8 anos de serviço	Divisão de Processamento técnico
E10	45 a 65 anos de idade, sexo masculino, 6 anos de serviço	Divisão de Processamento técnico
E11	acima de 65 anos de idade, sexo feminino, 43 anos de serviço	Divisão de Processamento técnico
E12	30 a 45 anos de idade, sexo feminino, 9 anos de serviço.	Divisão de Processamento técnico
ED	Doutora em biblioteconomia	Trabalhou 28 anos em biblioteconomia
Nota: *E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11 e E12, para os servidores do cargo de bibliotecário, e a doutora em biblioteconomia, foi nomeada ED.		

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2018)

#### **4.8 Coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada na BICEN/UFS, visando atender os objetivos deste trabalho, no que diz respeito a saúde ocupacional dos sujeitos pesquisados, dentre os dias 11, 12 e 13 de julho de 2018 foram feitas observações não participantes com o objetivo de observar as condições físicas e ambientais vivenciada pelos bibliotecários na sua rotina de trabalho. Para iniciar a coleta de dados, optou-se pela observação não participante, com o intuito de verificar as condições de trabalho bem como, a interação entre os pesquisados, e imagem da porta de saída de emergência. Após isto, foram realizadas duas entrevistas, uma com uma professora doutora em biblioteconomia e documentação e outra entrevista com um bibliotecário do setor de doações, subdivisão da divisão de processamento de dado. As entrevistas foram gravadas e transcritas. A seguir, foram distribuídos questionários com perguntas semiabertas para 11 (onze) bibliotecários, com o objetivo de confirmar as informações inicialmente levantadas. (MARCONI E LAKATOS, 2002; VERGARA, 2015).

#### **4.9 Tratamento de dados**

Os dados para análise dos resultados foram obtidos através do material colhido nas transcrições das entrevistas, dos questionários, da observação não participante e documentos da UFS. (MARCONI E LAKATOS, 2002; VERGARA, 2015).

#### **4.10 Limitações de estudo**

Tiveram como limitações inicialmente a apreensão dos bibliotecários quanto ao objetivo do estudo, as paralizações devido aos jogos da seleção da brasileira na copa do mundo, paralizações dos servidores, reunião entre os bibliotecários, a paralização dos caminhoneiros e a não autorização para tirar fotos dos setores de trabalho.



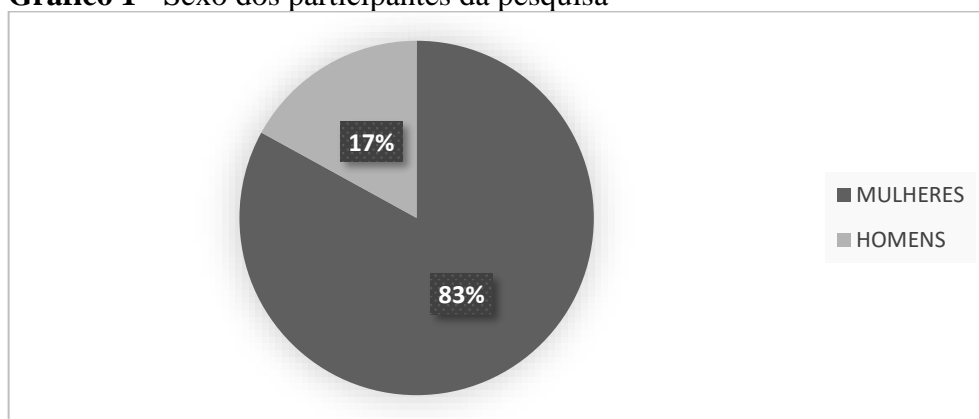
## 5 ANALISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são expostos os dados obtidos na pesquisa através do questionário, entrevista e observação.

### 5.1 Características sócio funcionais

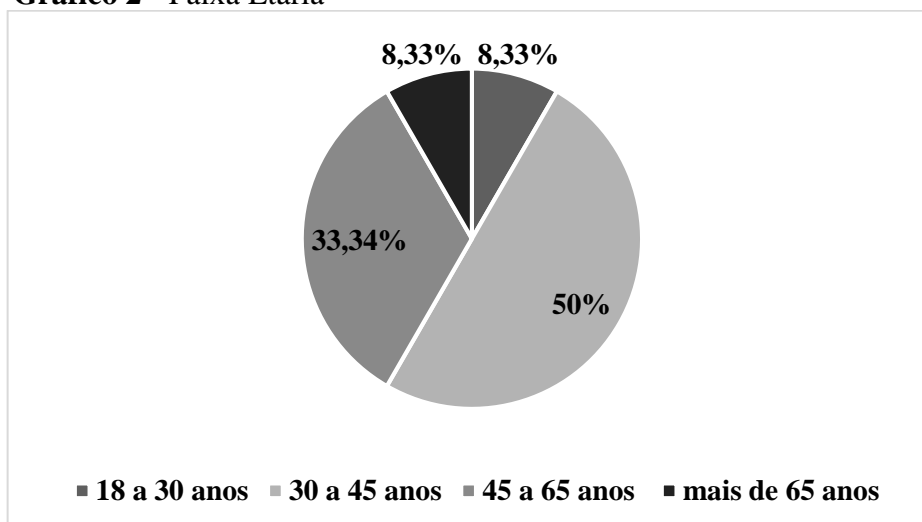
No que se refere ao perfil dos servidores lotados na BICEN, 83% são mulheres e 17% são homens, conforme mostra o Gráfico 1.

**Gráfico 1** - Sexo dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Ainda de acordo com as características, todos os entrevistados são bacharéis em biblioteconomia, dos quais apenas 8,33% informaram ter especialização e 8,33% mestrado. Um bibliotecário é portador de necessidades especiais do tipo auditiva. No que se refere ao tempo de serviços, os entrevistados possuem entre 4 e 43 anos de serviço na biblioteca, a jornada de trabalho comum são de 6 horas corridas sendo que apenas 2 tem jornada de trabalho de 8 horas diárias. O Gráfico 2 ilustra o percentual da faixa etária dos servidores.

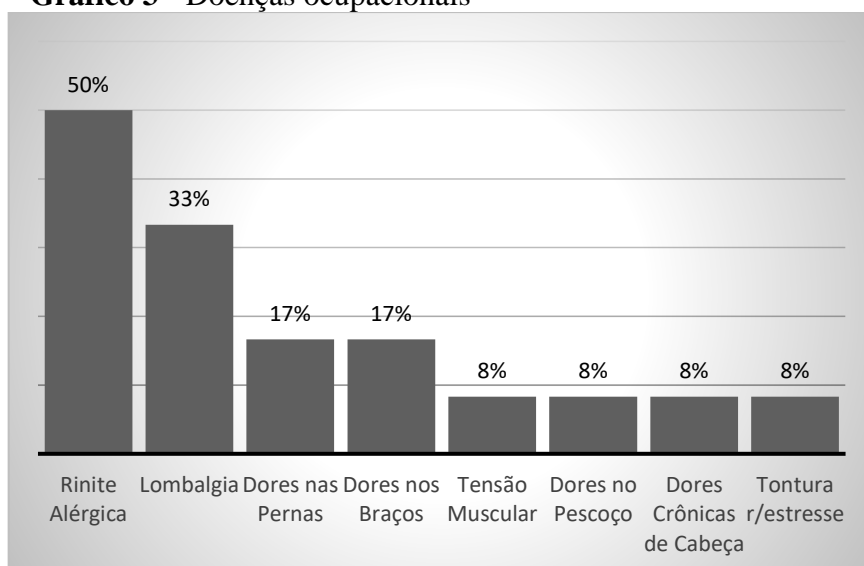
**Gráfico 2 - Faixa Etária**

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Dos entrevistados 50% possuem de 30 a 34 anos de idade, de 45 a 65 anos de idade são 33,34% e os que possuem 18 a 30 anos de idade e mais de 65 anos de idade são respectivamente 8,33%.

## 5.2 Doenças relacionadas ao trabalho

O Gráfico 3 mostra o percentual das doenças ocupacionais mais frequentes de acordo com as respostas dos bibliotecários:

**Gráfico 3 - Doenças ocupacionais**

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Observou-se que as pessoas mais suscetíveis as doenças relatadas são as mulheres com idade de mais de 30 anos em diante todas com mais de 12 nos de serviço.

No que se refere às doenças ocupacionais, o que alcançou maior percentual foi a rinite alérgica com 50% dos casos, alergia que consiste em obstrução nasal, coriza, coceira no nariz e espirros, e dependendo da predisposição do indivíduo a rinite pode causar ataques de asma e bronquite. A entrevistada ED fala que os bibliotecários trabalham com um suporte de papel a base de celulose, substância essa que são consumidas por insetos, roedores e algas e fungos consistindo em um material de perigoso para quem manipula diariamente. 83,33% dos bibliotecários falam sobre a falta de limpeza dos condicionadores de ar, com sugestões de limpeza do aparelho a cada 6 meses. O entrevistado E5 fala da necessidade de um ambiente mais arejado e com ventilação natural devido à condição fechada e insalubre.

Dentre as doenças, podemos destacar a lombalgia e tensão muscular, que representam respectivamente 33% e 8% dos casos. O entrevistado E1 diz que “a mobília necessita de renovação uma vez que é antiga e desgastada não sendo ergonômica para o uso diário”, tendo em vista que a questão ergonomia representa a maior das reclamações dos profissionais entrevistados. O entrevistado E4 fala que “a mobília deveria ser mais ergonômica para o tipo de trabalho com computador”.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários se destacam a alimentação das bases de dados (RIUFS, Pergamum); processamento técnico de materiais bibliográficos; catalogação, indexação, classificação, reposição nas estantes de todo material bibliográfico, confecção de ficha catalográfica, ajustes de registros bibliográficos no sistema de gerenciamento de informação utilizado pelo SIBIUFES, emissão de nada consta; negociação de multa e perda de livro, portanto passam parte do tempo sentados em frente ao computador, logo o mobiliário ergonomicamente correto é imprescindível.

O entrevistado E7 reforça que:

Só recebemos mobiliário quando a universidade compra, mas adequado ao setor não, não houve dimensionamento dos setores para o mobiliário e nem o mobiliário é adequado à função, por exemplo: em um ano a universidade recebeu apoio de pé quando ninguém tinha supondo que receberiam vinte e hoje em dia são trinta os dez que sobraram ficam sem, algumas pessoas tem apoio de pé ou cadeiras com braços e outros não tem, portanto não existe uma adequação.

Dentre as doenças ocupacionais, cabe destacar que as dores nos braços e nas pernas representaram 17% respectivamente. Nas observações, notou-se que as dores nos braços e nas pernas podem ser causadas pela falta do apoio adequado a estes membros, acarretado pela mobília inapropriada para o desenvolvimento das atividades. O entrevistado E8 destaca que

“acha a altura do teclado muito alta”, situação que poderia ser resolvida com cadeiras ergonômicas que possuem apoio de braços.

Outra doença ocupacional são as dores no pescoço, representando 8% das reclamações e que podem estar relacionadas a postura inadequada e falta de alinhamento da tela do computador e o campo de visão dos profissionais. Isto pode ser constatado por meio de observação, o que se confirma que a instituição não disponibiliza suporte para os monitores e para amenizar a situação alguns bibliotecários utilizam livros para melhorar o ângulo.

No que se refere às dores crônicas de cabeça e as situações de tonturas relacionadas ao estresse com 8% respectivamente das reclamações, situação que poderia ser resolvida com a implantação de atividades com o objetivo de promover o condicionamento físico e mental. O entrevistado E6 diz que há necessidade de um “projeto postural/laboral de ginastica específico para profissionais da biblioteca”.

Este trabalho encontrou resultados semelhantes do trabalho de Ribas (2013) e Santos (2014) no que se refere as doenças ocupacionais. Ribas (2013) dentre as doenças comuns, destacou a ocorrência de rinites alérgica, que no presente trabalhou foram 50% dos casos, sinusite e conjuntivite. Semelhante ao trabalho de Santos (2014) encontra-se a ocorrência de estresse ocupacional relacionada ao desequilíbrio da demanda de trabalho e a capacidade do trabalhador, a sinusite e a rinite.

### **5.3 Análise ambiental e EPIs disponibilizados**

No que se refere à análise ambiental, nem todos os bibliotecários possuem mobília adequada: cadeiras com apoio para o braço, apoio para os pés, suporte para monitor. Pode-se perceber por meio de observação que o ambiente de trabalho tem odor de mofo e poeira nos condicionadores de ar. Isto foi dito pelo entrevistado E2, que teve que mudar de setor por ter desenvolvido “alergia a poeira” dos periódicos. Somando-se a essa situação, a entrevistada ED, falou sobre a profissão dos bibliotecários e os riscos enfrentados.

Ela afirma que “os livros são fontes de alto risco de contaminação porque a celulose é alimento para fungos, bactérias, insetos como traças, baratas, grilos até roedores como ratos representando um risco de doenças muito grande para o bibliotecário.” A entrevistada afirma ainda que “a situação mais perigosa que é o recebimento das doações devido a procedência do material, os doadores armazenam em diversos locais de suas residências inclusive do lado de fora onde recebe todo tipo de contaminação.” Outro fator de risco que ED salienta em relação à profissão de bibliotecário é que:

Ao abrirem as caixas não protegem as mãos, não usam guarda pó, não protegem os olhos e nem usam toucas dessa forma propenso a qualquer tipo de infecção sendo frequente a ocorrência de perda de massa cerebral por infecção meningite bacteriana, contaminação fúngica nas unhas, nas mãos e na pele, micoses nos cabelos, contaminação fúngica que causa septicemia que é motivo de morte. Ela destaca também a contaminação por bactérias e fungos das obras raras que datam mais de cem anos e são manipulados sem os EPIS adequados.

Além da questão ambiental, a instituição peca no quesito EPI, pois disponibiliza apenas luvas e máscaras cirúrgicas, material inadequado para o contato com poeiras. Situação que pode ser confirmada com o relato do entrevistado E7 ele diz que “a instituição oferece apenas máscara e luvas, mas que mesmo sem a orientação do setor de segurança tem conhecimento dos riscos que corre com a manipulação dos materiais”, e falou ainda que providenciou do próprio bolso os outros materiais: óculos, jaleco e touca.

O entrevistado E2 destaca “a necessidade de material adequado para a realização de atividades como a restauração de livros”. Outro fator destacado pelo entrevistado E5, diz respeito ao maior comprometimento da instituição em relação a qualidade de vida dos servidores da biblioteca, por meio da disponibilização de EPIS.

Resultados semelhantes, foram encontrados nos trabalhos de Ribas (2013) e Santos (2014). Segundo os autores as bibliotecas podem ser consideradas insalubres devido ao acúmulo de papéis, livros, revistas e jornais que propicia o desenvolvimento de mofo, fungos e bactérias sendo imprescindível o uso de EPIs, mas muitas vezes é negligenciado pela descrença do usuário nos riscos ou por instituição não disponibilizar, a indisponibilidade é o caso dos bibliotecários da BICEN, destaca também a mobília desgastadas e inadequadas acarretando dores corporais nos usuários.

#### **5.4 Planos de prevenção**

No que se refere aos planos de prevenção, a DISET elabora o PPRA. Documento que busca identificar e prevenir os riscos ambientais através da eliminação do risco ou da contenção através do uso dos EPCs e EPIs. Conforme mostra o Anexo 1, os bibliotecários estão expostos ao risco de ruído. O entrevistado E11 diz que “é importante a redução dos ruídos causados pelos aparelhos de ar condicionado porque gera fadiga mental e desconcentração.”

Quanto à brigada de incêndio, a entrevistado E5 diz “nunca fui informada destes serviços, nem orientada de como proceder em caso de incêndio”. O entrevistado E9 diz que “nunca recebi orientações”. O entrevistado diz “nunca ouvir falar, jamais recebi orientações a respeito é imprescindível a criação da brigada de incêndio na biblioteca”.

Além da falta de orientação aos profissionais da biblioteca para fuga em caso de incêndio e o desconhecimento da existência da brigada de incêndio, a porta de emergência localizada na área do acervo, é trancada com corrente e cadeado, conforme mostra a Foto 1, quando deveria conter apenas um sistema de travamento.

**Foto 1** - Saída de Emergência da BICEN



Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

No que se refere aos programas de qualidade de vida no trabalho, o entrevistado E9 diz “sentimos necessidade de equipamentos de trabalho com boa ergonomia, mas isso poderia ser sanado ou atenuado com algum programa de prática esportiva e/ou ginástica laboral”. O entrevistado E5 pede “mais comprometimento com a qualidade de vida do trabalhador”. O entrevistado E7 diz que é necessário a implantação de:

Projetos específicos na promoção à qualidade de vida do trabalhador, no caso o bibliotecário, focando a real necessidade desse trabalho decorrente da função que executa. Projetos específicos e contínuos para que se fato uma promoção à qualidade de vida do trabalhador bibliotecário.

Atividades de ginástica laboral são desenvolvidas eventualmente por projetos dos cursos de educação física e fisioterapia, porém nada específico elaborado pela Divisão de Assistência ao Servidor da UFS os servidores.

No que se refere aos exames médicos periódicos o entrevistado E3 fala da “ausência da assistência a saúde pelo setor da UFS”. A instituição fez a primeira convocação em 2018 exatamente no período da coleta de dados do presente trabalho, antes disso os servidores foram

submetidos apenas aos exames admissionais. Com a justificativa de buscar desenvolver a promoção da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.” Isso mostra que a instituição reconhece que os servidores estão expostos a variados riscos.

No que se refere aos planos de prevenção, resultados semelhantes são encontrados nos trabalhos de Figueiredo e Camargos (2013), Silva, Licório e Siena (2014) e Almeida (2016). Figueiredo e Camargos (2013), defendem a importância do acompanhamento médicos e a eliminação das fontes de riscos, para eles a medicina do trabalho no serviço público, busca apenas a reparação de danos quando deveria ser corrigida a fonte dos danos.

Silva, Licório e Siena (2014), chama a atenção para que as instituições públicas escolha alternativas saudáveis no desenvolvimento de pessoal, a falta de condições de trabalho e ambientes inadequados e a não promoção da saúde, são fatores que tem ligação direta com a QVT e de certa forma desequilibra organização.

Por sua vez Almeida (2016), alega que o setor público em relação aos cuidados com a SST, limita-se apenas a tratar dos adicionais ocupacionais, deixando de lado importantes programas utilizados no regime celetista, o PPRA, o PCMSO e a CIPA. Deixando dessa forma os servidores desprotegidos de possíveis doenças e acidentes.

## **6. CONCLUSÃO**

Neste capítulo, que é a parte final do trabalho, busca-se recapitular de forma sintética os resultados da pesquisa (PEREIRA, 2012). Seguem apresentadas as conclusões obtidas a partir dos elementos exploratórios da pesquisa aplicada e, posteriormente, são elencadas sugestões para a organização relacionadas a saúde e segurança dos servidores e sugestões para trabalhos futuros.

### **6.1 Respondendo as questões de pesquisa**

#### **6.1.1 Quais as características sócios-funcionais dos bibliotecários que trabalham na BICEN/UFS?**

No que se refere às características socio funcionais, 83% são mulheres e 17% homens. A maioria dos bibliotecários (50%) tem de 30 a 45 anos de idade, seguido de 33,34% de 45 a 65, 8,33% de 18 a 30 anos e mais de 65 anos respectivamente. Todos com formação em biblioteconomia, sendo que 8,33% tem especialização e 8,33% cursando mestrado. Com tempo de serviço de 3 a 43 anos.

#### **6.1.2 Quais prováveis doenças provenientes das atividades exercidas pelos bibliotecários nas situações de trabalho?**

Dentre as doenças ocupacionais levantadas durante a pesquisa, pode-se verificar que 50% dos bibliotecários pesquisados apresentaram rinite alérgica, lombalgia 33%, dores nos braços e nas pernas 17% respectivamente e dores no pescoço, dores crônicas de cabeça e tontura relacionada ao estresse 8% respectivamente, que reflete que o ambiente de trabalho contribui para que estes trabalhadores desenvolvam doenças relacionadas as suas atividades.

#### **6.1.3 Quais os planos de prevenção adotados pela instituição e os EPIs utilizados?**

As doenças ocupacionais mencionadas anteriormente podem ter fundamento nas condições ambientais e a escassez de EPIs adequados. O ambiente de trabalho tem odor de mofo, é fechado e dependente da climatização dos aparelhos de ar condicionado que por sua vez não são limpos e acumulam poeira.



A condição ergonômica dos trabalhadores não é das melhores, não há disponibilidade suficiente de cadeiras adequadas, apoio para os pés e suporte para monitor de computador, para alinhar os monitores ao seu campo de visão os bibliotecários utilizam livros.

Além disso os livros manipulados diariamente pelos profissionais dependendo do tempo de existência, da forma como foi armazenado e de onde veio, podem conter elementos que acarretam graves riscos à saúde. Elementos como poeiras, fungos, bactérias, contaminação por meio de pragas como ratos, baratas e traças.

A além da manipulação de diária para cadastro, alguns bibliotecários trabalham no setor de obras raras com livros datados com mais de cem anos, na restauração e recebimento de doações sendo estas atividades as de maiores riscos de contaminação. Para a correta manipulação faz se necessário a utilização de óculos de proteção, avental ou jaleco, luvas, máscara e touca. Atribuição da DISET quando diz que um dos objetivos é “auxiliar na gestão dos Equipamentos de Proteção Individual para os servidores.” Porém a instituição disponibiliza apenas máscaras cirúrgica e luvas.

#### 6.1.4 Quais as condições socioambientais dos postos de trabalho?

No que se refere aos planos de prevenção de riscos, a DISET elabora o PPRA, porém o risco de ruído foi o único identificado, os riscos ergonômicos, biológicos (parasitas, fungos, bactérias), químicos (poeiras) não foram contemplados no documento. Vale destacar que o ruído não foi eliminado e nem controlado conforme consta nas atribuições da DISET no regimento interno da UFS, “definir modelos a serem implementados no tocante ao gerenciamento de riscos ambientais e medidas de eliminação e controle dos mesmos.”

Quanto aos planos de prevenção de incêndio, os bibliotecários desconhecem a existência de uma brigada de incêndio e não tem conhecimento de como proceder em situações extremas. Nunca tiveram uma orientação, sendo que a biblioteca possui material propício para um grande incêndio.

No que se refere aos programas de qualidade de vida, as únicas atividades do conhecimento dos bibliotecários são aquelas de incentivo à prática de esporte oferecida tanto para a comunidade acadêmica quanto para a população, não tem vagas para todos e nem um projeto específico para servidor. Alguns já tiveram experiência com a ginastica laboral, porém são iniciativas eventuais que compõe a grade curricular dos estudantes de fisioterapia e educação física.

## 6.2 Respondendo ao problema

Os bibliotecários da BICEN no que se refere ao tema saúde e segurança no trabalho, trabalham em condições não favoráveis à sua função, a exposição a riscos sem disponibilidade de EPIs adequados somado a inexistência de ações de qualidade de vida específica para o servidor, mostra o quanto a instituição ainda precisa se adequar.

Apresentaram as seguintes doenças: rinite alérgica, lombalgia, dores nos braços e pernas, tensão muscular, dores crônicas de cabeça, estresse, dores no pescoço. Todas elas relacionadas as condições físicas e ambientais oferecidas pela instituição. Pois o ambiente é fechado, os condicionadores de ar não são limpos e com grande quantidade de livros novos e antigos.

O mobiliário deixa muito a desejar, conforme observado, nenhum bibliotecário possui suporte para monitor de computador, sendo uma das causas das dores no pescoço, pois para nivelar a altura do monitor ao campo de visão do usuário alguns bibliotecários como improvisado, utilizam uma certa quantidade de livros para apoiar. Nem todos possuem cadeiras ergonômicas com apoio para os braços e suporte para apoiar os pés. Tudo isso somado a falta de atividade física sendo a causa das reclamações das dores musculares, nos braços, nas pernas, lombalgia e conseqüentemente estresse.

## 6.3 Sugestões para a UFS

A partir deste estudo sugere-se para a organização as seguintes providências:

- Implantar *layout* e mobiliário adequados para as condições físicas do trabalhador;
- Disponibilizar EPIs adequados;
- Realizar palestras sobre SST;
- Limpeza periódica dos condicionadores de ar;
- Incentivo ao esporte e implantação de ginástica laboral;
- Engajar representantes dos servidores nas ações de SST;
- Realizar treinamentos periódicos sobre os procedimentos de fuga em caso de incêndio;
- Implantar uma brigada de incêndio e apresentar a comunidade acadêmica.

#### **6.4 Sugestões para trabalhos futuros**

Tem-se como sugestão para trabalhos futuros o desenvolvimento de estudos relacionados a:

- Acessibilidade na Universidade Federal de Sergipe bem como nas suas dependências;
- Saúde e segurança dos trabalhadores terceirizados: as responsabilidades do contratante;
- Educação no trânsito dentro das dependências da Universidade Federal de Sergipe;
- Verificar as condições de trabalhados dos docentes e técnicos administrativos em relação a Saúde e Segurança no Trabalho.

#### **6.5 Considerações finais**

Diante do que foi apresentado, infere-se que a UFS a não está procedendo de forma positiva quando o assunto é SST dos servidores públicos. Apesar da tentativa, ainda existem gargalos que precisam ser solucionados. Observou-se que parte dos bibliotecários a iniciativa de adaptação ao ambiente como um todo, quando cabe a instituição disponibilizar as condições físicas e ambientais necessárias para o bom desempenho da função, de acordo com a necessidade de cada servidor.

No Brasil, a legislação referente a SST no serviço público é algo que deve ser trabalhado. Com a falta da obrigatoriedade de cumprimento de normas, a adesão as ações tornam-se algo facultativo e que muitas instituições por falta de interesse deixam passar.

Na UFS, considerando que já existe uma iniciativa, para obter uma boa gestão em SST, o setor de SST, o setor médico, o setor de gestão de pessoas e representantes dos servidores precisam aderirem a causa e trabalharem em conjunto.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Junior Cesar de. **A segurança e Saúde no Trabalho no Regime CLT e no Regime Estatutário: uma abordagem do planejamento governamental comparando o tema nos dois regimes**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <[http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2636/1/CT\\_PPGGPGP\\_M\\_Almeida\\_Junior\\_Cesar\\_de\\_2017.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2636/1/CT_PPGGPGP_M_Almeida_Junior_Cesar_de_2017.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2018.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASCOM UFS. **Atos da Reitoria**: Regimento Interno da Reitoria. 2014. Disponível em: <<http://oficiais.ufs.br/pagina/10258>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

ASCOM UFS. **Reitor propõe criação da Divisão de Segurança e do Núcleo de Gestão Ambiental**. 2013. Disponível em: <<http://www.ufs.br/conteúdo/12600>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. **Segurança do Trabalho & Gestão Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BATISTA, Marília Leônidas et al. Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho na Área Pública. **Revista Ampla de Gestão Empresarial**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.89-99, out. 2012. Disponível em: <[http://www.revistareage.com.br/artigos/primeira\\_edicao/07\\_gestao\\_de\\_saude\\_e\\_seguranca\\_do\\_trabalho\\_na\\_area\\_publica.pdf](http://www.revistareage.com.br/artigos/primeira_edicao/07_gestao_de_saude_e_seguranca_do_trabalho_na_area_publica.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BICEN UFS. **Histórico Bibliotecas**. Disponível em: <<http://bibliotecas.ufs.br/pagina/737>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

BRASIL Presidência da República do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Art. 196 Seção II da Saúde**. Brasília, Seção 2, p. 153-156. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Planejamento e Gestão. **Norma visa mais segurança no trabalho para o servidor público.** 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/relacoes-de-trabalho/noticias/norma-visa-mais-seguranca-no-trabalho-para-o>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.833, de 29 de Abril de 2009.** 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6833.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6833.htm)>. Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. **Decreto nº 6.833 de 29 de abril de 2009:** Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm)>. Acesso em: 13 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. **Lei nº 8213, de 24 de Julho de 1991.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 20/04/2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria De Recursos Humanos. **Portaria Normativa Nº 3, de 7 de maio 2010.** 2010. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/srh/100507\\_port\\_nor mat\\_3.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/srh/100507_port_nor mat_3.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. **Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7602.htm)>. Acesso em: 20/04/2016.

BRENNER, Eliana de Moraes; JESUS, Dalena Maria Nascimento de. **Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos:** Projeto de Pesquisa - Monografia e Artigo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CAMPOS, Armando. **CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - Uma Nova Abordagem.** 22. Ed. São Paulo: Senac, 2014.

CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da História.** São Paulo: Escala Educacional, 2005. 655 p.

CASTRO, Claudio de Moura. **A Prática da Pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CHAGAS, Ana Maria de Resende; SALIM, Celso Amorim; SERVO, Luciana Santos Mendes. **Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10807](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10807). Acesso em: 20 abr. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. 6ª. Reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FERREIRA, Leandro Silveira; PEIXOTO, Neverton Hofstadler. **Segurança do Trabalho I**. Santa Maria – RS: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2012. Disponível em: [http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo\\_amb\\_saude\\_seguranca/tec\\_seguranca/seg\\_trabalho/151012\\_seg\\_trab\\_i.pdf](http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/tec_seguranca/seg_trabalho/151012_seg_trab_i.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2016.

FERREIRA, Patricia Itala. **Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho**. Rio de Janeiro: Ltc, 2013. 199 p. (MBA/Gestão de Pessoas).

FIGUEIREDO, Roberta Kelly; CAMARGOS, Mirela Castro Santos. **Acidentes de trabalho em servidores públicos: uma análise do processo de notificação pela administração pública de minas gerais**. XXXVII Encontro ANPAD. Rio de Janeiro/RJ-7 a 11 de setembro de 2013.

Fonseca, I. F. (2013), **Proposta de um programa de avaliação da conformidade para sistema de gestão da segurança e saúde ocupacional aplicado aos órgãos e entidades da administração pública federal brasileira**. Duque de Caxias, 169 f, Dissertação de mestrado em Metrologia e Qualidade, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

FONSECA, Ivan; FERMAM, Ricardo. Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho: Uma Proposta de Avaliação da Conformidade para a Administração Pública Federal Brasileira. **Sistemas & Gestão**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.16-28, 2015. LATEC. <http://dx.doi.org/10.7177/sg.2015.v10.n1.a2>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

**Histórico Bibliotecas**. Disponível em: <http://bibliotecas.ufs.br/pagina/737>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

KLEIN, Lítiane. Dúvidas e entraves atrapalham a adoção de medidas preventivas no serviço público. *Proteção*, Novo Hamburgo – RS, ano XXVII, n 269, p. 41-49, mai. 2014.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica**. 2. ed. Aparecida/sp: Ideias &letras;, 2008. 315 p.

LIMA, Elcio da Rosa. **Metodologia Científica II**. 2009. 29 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade da Região da Campanha - Urcamp, Caçapava do Sul/rs, 2009. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/#q=METODOLOGIA+CIENTÍFICA+II+-+prof+Elcio+Rosa+de+Lima>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MARINI, Isa. **Saúde e Segurança do Trabalho no Serviço Público**. 2015. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/38535/saude-e-seguranca-do-trabalho-no-servico-publico-brasileiro>> Acesso em 20 abr. 2016.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 336 p.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira et al. **Higiene e Segurança do Trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MPDG. Portaria **da SRH traz novidades sobre gestão da saúde do servidor**. Disponível em: <[www.planejamento.gov.br/noticias/portaria-da-srh-traz-novidades-sobre-gestao-da](http://www.planejamento.gov.br/noticias/portaria-da-srh-traz-novidades-sobre-gestao-da)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MTE. **Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): Norma Regulamentadora Nº 07**. Salvador: MTE, 2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/norma-regulamentadora-n-07-programas-de-controle-medico-de-saude-ocupacional-pcmso>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **LER/Dort afastaram 22 mil trabalhadores das atividades profissionais em 2017**. 2018. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/noticias/6194-ler-dort-afastaram-22-mil-trabalhadores-das-atividades-profissionais-em-2017>>. Acesso em: 29 jul. 2018. Vida no Trabalho.

\_\_\_\_\_. **NR1 - Disposições Gerais: Disposições Gerais**. Brasil, 2009. 3 p. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR1.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **NR9 – Programa De Prevenção De Riscos Ambientais**. Brasil, 2017. 3 p. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR9.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

OLIVEIRA, Giovani de. **Segurança do trabalho e prevenção de acidentes**. W. Educacional. Brasília, 2011.

PALETTA, Fátima Aparecida Colombo; YAMASHITA, Marina Mayumi; PENILHA, Débora Ferrazoli. Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) para Profissionais de Bibliotecas, Centros de Documentação e Arquivos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, campinas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.67-79, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/2066/>>. Acesso em: 07 maio 2018.

PEIXOTO, Neverton Hofstadler. Curso **técnico em automação industrial**: segurança do trabalho. 3. Ed - Santa Maria-RS: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011  
Disponível em:  
<[http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo\\_ctrl\\_proc\\_indust/tec\\_autom\\_ind/seg\\_trab/161012\\_seg\\_do\\_trab.pdf](http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_ctrl_proc_indust/tec_autom_ind/seg_trab/161012_seg_do_trab.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2016.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Alexandre Demétrius. **Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional**: Aspectos técnicos e jurídicos.4. ed. Vol. NR 1 a NR 6. São Paulo: Saraiva, 2015.

PORTAL UFS. **Histórico bibliotecas**. 2018. Disponível em:  
<<http://bibliotecas.ufs.br/pagina/737>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

RAMPAZZO, S. E.; CORRÊA, F. Z. M. **Desmistificando a metodologia Científica: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos**. Erechim, RS: Habilis, 2008.

RIBAS, Fabiane Escobar. **Trabalho e saúde no Contexto das Bibliotecas da FURG**. 2013. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013. Disponível em:  
<<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5777/Trabalho%20e%20a%20saúde%20no%20contexto%20das%20bibliotecas%20da%20FURG.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 set. 2018.

SANTOS, Luane Bento dos. **A saúde dos bibliotecários: Abordagem de algumas doenças ocupacionais**.2014. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal Fluminense, Fluminense, 2014.

SERGIPE. UFS. **Carta de Serviço ao Cidadão**. 2012. Disponível em:  
<<http://acessoainformacao.ufs.br/pagina/carta-servi-ao-cidad-5946.html>>. Acesso em: 08 maio 2016.



SILVA, Maria Antônia Catunda da; LICORIO, Angelina Maria de Oliveira; SIENA, Osmar. Pressupostos Legais à Promoção à Saúde do Servidor Público Federal. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Amazônia, v. 6, n. 3, p.89-108, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/viewFile/1171/1290>>. Acesso em: 11 set. 2018.

SOUTO, Daphnis Ferreira. **Saúde no Trabalho: Uma revolução em andamento**. 2.Reimp. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2011. 336 p.

SOUZA, Zelma Borges de; REIS, Lélia Marília dos. Entre o atender e o ser atendido: políticas em saúde para o trabalhador do serviço público. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Salvador, v. 16, n. 1, p.87-106, nov. 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v16n1/a08v16n1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

TEIXEIRA, Célia Regina. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo (1975-2000). **Cadernos de Pós-graduação – Educação**, São Paulo, v. 5, p.59-66, 2006. Disponível em: <[http://www.alcantara.pro.br/salaaula/2016-1-UNIGRAD-TCC-DireitoPublico/estadodaarte/Exemplo-de-artigos/2005-TEIXEIRA-Estado-da-arte-cdposv5n1edu\\_2\\_05 \(2\).pdf](http://www.alcantara.pro.br/salaaula/2016-1-UNIGRAD-TCC-DireitoPublico/estadodaarte/Exemplo-de-artigos/2005-TEIXEIRA-Estado-da-arte-cdposv5n1edu_2_05%20(2).pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2016.

UFS. **RESOLUÇÃO Nº 03/2014/CONSU**. 2014. Disponível em: <<https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/documentos/ufs/regimentoInternoReitoria.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

VERGARA, Sylvia Helena Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 296 p.

WILSON, José. **Saúde e Segurança do Trabalho no Serviço Público: Uma reflexão à luz da Constituição Federal**. 2015. Disponível em:<[jwwilsonsr.jusbrasil.com.br/artigos/184584814/saude-e-seguranca-do-trabalho-no-servico-publico](http://jwwilsonsr.jusbrasil.com.br/artigos/184584814/saude-e-seguranca-do-trabalho-no-servico-publico)>. Acesso em 20 abr. 2016.

**APÊNDICE A - Questionário**

Questionário para Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Saúde e Segurança no Trabalho:  
Um estudo de caso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe.

Graduanda Priscila Barbosa dos Santos sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Cristina Rovares Machado.

**1. SEXO**

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Outros

**2. FAIXA ETÁRIA**

☐ 18 a 30 anos

☐ 30 a 45 anos

☐ 45 a 65 anos

☐ acima de 65 anos

**3. FORMAÇÃO ACADÊMICA**

---

**4. ESTADO CIVIL**

☐ solteiro

☐ casado

☐ viúvo

☐ divorciado

☐ outro

**5. Possui necessidade especial**

☐ Não

☐ Sim. Qual? \_\_\_\_\_

6. Quais as atividades você desenvolve no trabalho?

---

---

---

---

---

7. Tempo de serviço? Quantas horas trabalhadas?

---

---

---

---

---

8. Quantas vezes já fez o exame médico periódico? De quanto em quanto tempo?

---

---

---

---

9. Já adquiriu complicação da saúde relacionada à sua ocupação no trabalho? Qual(is)?  
Em caso positivo, quais foram os procedimentos tomados?

---

---

---

---

10. Sente necessidade no uso de EPI's? Quais equipamentos a instituição disponibiliza para seu uso?

---

---

---

---

---

11. Relacionado às atividades de promoção a Qualidade de Vida do Trabalhador tem conhecimento de algumas atividades oferecidas pela instituição? Está inserido(a) em alguma atividade?

---

---

- 
- 
12. Caso não tenha conhecimento de atividades de promoção à qualidade de vida do trabalhador oferecida pela instituição, sente necessidade de alguns como: projetos de ergonomia e ginástica laboral, incentivo a práticas de esporte, reconhecimento do trabalho, criação de acesso específico para portadores de deficiência física, criação de ambiente de trabalho mais saudável, limpeza do condicionador de ar, entre outros? Fale sobre:

---

---

---

---

---

---

13. Acha que algo deveria mudar no layout de trabalho ou no tipo de mobiliário? Sente necessidade de algum específico? Explique:

---

---

---

---

---

14. Tem conhecimento da existência da brigada de incêndio? Em algum momento recebeu orientação de como proceder em caso de incêndio?

---

---

---

---

15. Críticas e sugestões:

---

---

---

---

---

---

## ANEXO A – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais



Universidade Federal de Sergipe  
Programa de Prevenção de Riscos Ambientais  
Campus São Cristóvão - 2016

**Diset** | Divisão  
de Segurança  
do Trabalho - São Cristóvão

SETOR	LOCAL	CARGO	GHE
CECH – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	SALAS DE AULA – AULAS PRÁTICAS	Professor do Magistério Superior	242
CECH – DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS E DESIGN	SECRETARIA	Técnico em Telecomunicação	243
	SALA DA CHEFIA	Professor do Magistério Superior	
CECH – DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS E DESIGN	SALAS DE AULA – AULAS PRÁTICAS DE ARTES VISUAIS E DESIGN	Professor do Magistério Superior	244
CAMPUSLAG – NÚCLEO DE TEATRO	AULAS DIDÁTICAS	Professor do Magistério Superior	245
CAMPUSLAG – DEPARTAMENTO DE DANÇA	AULAS PRÁTICAS	Professor do Magistério Superior	246
RESUN – RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO - NUTRIÇÃO	Nutricionista - Habilitação	247
RESUN – RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	COZINHA – DIVISÃO DE PRODUÇÃO	Cozinheiro	248
		Auxiliar de Cozinha	
		Açougueiro	
BICEN – BIBLIOTECA CENTRAL	DIVISÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS - DIPROT	Bibliotecário - Documentalista	249
		Assistente em Administração	
		Auxiliar em Administração	
BICEN – BIBLIOTECA CENTRAL	DIVISÃO DE APOIO AOS LEITORES - DIALE	Bibliotecário - Documentalista	250
		Assistente em Administração	
		Transcritor de Sistema Braille	
		Revisor de Texto Braille	
		Contínuo	
BICEN – BIBLIOTECA CENTRAL	DIRETORIA	Jardineiro	251
		Administrador de Edifícios	
		Recepcionista	
		Assistente em Administração	
REITORIA	DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÃO – DITEL	Telefonista	252

CARGO	LOCAL	SETOR	GHE	AGENTE
Nutricionista - Habilitação	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO - NUTRIÇÃO	RESUN – RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	247	• RUÍDO
Cozinheiro	COZINHA - DIVISÃO DE PRODUÇÃO	RESUN – RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	248	• FRIO
Auxiliar de Cozinha				
Açougueiro				
Bibliotecário – Documentalista	DIVISÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS - DIPROT	BICEN – BIBLIOTECA CENTRAL	249	• RUÍDO
Assistente em Administração				
Auxiliar em Administração				
Bibliotecário - Documentalista	DIVISÃO DE APOIO AOS LEITORES - DIALE	BICEN – BIBLIOTECA CENTRAL	250	• RUÍDO
Assistente em Administração				
Transcritor de Sistema Braille				
Revisor de Texto Braille				
Contínuo				
Servente de Limpeza	SERVIÇOS GERAIS	REITORIA	256	• ÁLCALIS CÁUSTICOS (SODA CÁUSTICA)
Enfermeiro de Trabalho	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - DIASE	REITORIA	258	• BIOLÓGICO
Médico do Trabalho				
Enfermeiro - Área	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - DIASE	REITORIA	259	• BIOLÓGICO
Auxiliar de Enfermagem				
Médico - Área				
Engenheiro de Segurança do Trabalho	DIVISÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	DSG – DIVISÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	262	• RUÍDO
Técnico em Segurança do Trabalho				
Auxiliar em Administração	HORTO FLORESTAL - ADMINISTRAÇÃO	DSG – HORTO FLORESTAL	263	• RUÍDO